

525-526

ISSN 2526-298X

Diante de cenários desafiadores



525-526

Edição em espanhol
junho/julho 2017
Ano 41, 2a temporada

Edição em português
agosto 2017

AMERICA LATINA
em movimento



Diante de cenários desafiadores

- 1 Em tempos de pós-verdade
Osvaldo León
- 3 Guerra civil na Venezuela?
Ana Esther Ceceña
- 6 Trump e a América Latina
Marco A. Gandásegui
- 8 Perspectivas latino-americanas em relação à economia mundial
Oscar Ugarteche e Armando Negrete
- 12 Inteligência artificial: a nova dependência?
Sally Burch
- 15 América Latina diante dos poderes da globalização
Irene León
- 18 A crise civilizatória e o papel da ética
Frei Betto
- 24 A meia verdade sobre o aquecimento global, a paz e a democracia
Pablo González Casanova
- 30 O pensamento crítico latino-americano hoje
Emir Sader
- 32 Interculturalidade em tempos de incerteza
Adalid Contreras Baspineiro
- 35 Para enfrentar a crise capitalista: organização e aliança popular
João Pedro Stédile
- 37 Os urgentes caminhos da unidade
Francisca Rodríguez H.
- 39 Perspectiva para a região, sob o ponto de vista do feminismo
Nalu Faria
- 41 Direitos dos povos indígenas em retrocesso
Paulino Montejo
- 43 Juventude, protagonista de uma economia alternativa?
Julio Fermín
- 46 Movimentos em imagens
Verónica León Burch

Em tempos de pós-verdade

Oswaldo León

A causa da democratização da comunicação teve avanços notáveis na América Latina, sobretudo no decorrer da última década, a ponto de hoje fazer parte da agenda pública de praticamente todos os países. E isto se deu porque diversos governos progressistas abriram caminho para o reconhecimento do Direito à Comunicação em marcos constitucionais e em leis específicas. Em alguns casos, como resultado de uma construção cidadã, em outros, como sequela da correlação de forças.

Entretanto, pela lentidão e pelas limitações na implementação de tais dispositivos legais, as mudanças operadas continuam sendo frágeis. Estão expostas a uma ofensiva permanente do poder midiático, que se move de forma muito sincronizada, nacional e internacionalmente, em torno de eixos estratégicos definidos, com investidas comunicacionais integrais e sobre a base de um tecido bastante articulado de diversos setores (partidos políticos, ONGs, think tanks, setores acadêmicos, grêmios, etc.).

Pelo mesmo motivo, a atual restauração conservadora, cujo epicentro está no triunfo eleitoral único da direita contra o progressismo na Argentina e o golpe parlamentar no Brasil, no mesmo formato dos ocorridos anteriormente no Paraguai e em Honduras, tem em comum um programa que, entre suas prioridades, aponta para o reforço do poder dos monopólios midiáticos. Ou seja, para sepultar todas as conquistas alcançadas para democratizar a comunicação.

Neste ponto, vale a pena recordar que, salvo poucas exceções, os governos inicialmente

de tendência progressista, no decorrer de seus mandatos, inclinaram-se a negociar com os poderes midiáticos de fato para não “prejudicar os colegas”. Doce ilusão! Estes, diante do descalabro dos partidos de direita, acabaram se constituindo nos pontos centrais das ações desestabilizadoras, junto às redes digitais (equivocadamente chamadas “sociais”), no que se passou a denominar “guerra de quarta geração”, sob a premissa da pós-verdade.

Agora, o efeito manda

Já não são tempos em que a palavra tem peso por si mesma, com o sentido de compromisso e veracidade, para o relacionamento fluido entre as pessoas e os povos. Hoje se fala em pós-verdade para assinalar que a palavra-verdade pode ser transfigurada, quando não simplesmente ignorada ou triturada pela imposição de golpes de efeito sem sustentação alguma, mas com uma alta dose de emoção. Finalmente, um mecanismo para anular o pensamento crítico de todas as vertentes.

Considera-se que um destes fatores tem a ver com as redes digitais que, devido a seu alcance, multiplicaram e, aliás, “globalizaram” esse fenômeno cultural chamado rumor, quando não fofoca, cuja equação assinala: quanto maior a intriga/incógnita e menor a informação, a potencialidade do rumor cresce no campo das emoções, que têm uma forte carga de irracionalidade. Ainda que a fórmula pareça simples, sua implementação nem tanto, para além dos mecanismos operacionais/instrumentais, já que entra em jogo o contexto social de sua implementação.

Oswaldo León é diretor da revista América Latina en Movimiento.

Diversos analistas se referiram a este tema para assinalar que seu pano de fundo é a “cegueira moral” (nas palavras de Zygmunt Bauman), como efeito da hiperconcorrência, do individualismo, consumismo, etc., que são resultantes da economia de mercado. O filósofo italiano Franco “Bifo” Berardi, porém, afirma que também é preciso considerar os impactos das novas tecnologias em nossa sensibilidade e nossos processos cognitivos, assinalando, inclusive, que estamos diante de uma “mutação antropológica”.

Sobre isso destaca: “A comunicação alfabética possui um ritmo e uma medida que permitem ao cérebro uma recepção lenta, sequencial, reversível. São as condições da crítica, que a modernidade considera como a condição da democracia e da racionalidade. Mas o que significa ‘crítica’? Em seu sentido etimológico, a crítica é a capacidade de distinção e, particularmente, de discriminação entre verdade e falsidade dos enunciados. Quando o ritmo do enunciado se acelera, a possibilidade de interpretação crítica dos enunciados se reduz até o ponto de ser completamente anulada”.

Seja como for, instaurado um contexto em que os fins justificam os meios diante da “cegueira moral”, a questão é que, na vida política, pretende-se estabelecer que o importante é o efeito provocado por uma men-

sagem, seja verdadeira ou não, geralmente explorando o medo, a intriga, o escândalo, as crenças pessoais, quando não o ódio e tudo o que contribuir para gerar polarizações e dicotomias cegas, anulando, portanto, a possibilidade de análise.

O fenômeno da desinformação sempre existiu, mas agora atingiu níveis de ressonância inéditos devido à velocidade de transmissão e à viralização que os meios digitais permitem. Outra razão é a deterioração do sentido de credibilidade para persuadir, já que está se tornando comum a persuasão passar pela falta de credibilidade.

Neste ponto, para além da trama política e geopolítica atual na região, em cuja disputa obviamente assumimos a defesa da autodeterminação e soberania de nossos povos, o que fica claro é que a luta para resgatar o sentido da verdade, hoje - assim como antes, é uma tarefa prioritária, num mundo globalizado, para reafirmar valores e compromissos éticos com sentido de comunidade e solidariedade.

Em nossa trajetória, sempre consideramos que a comunicação popular e alternativa tem validade porque seu atributo principal se sustenta em fundamentos éticos, com respaldo no sentido de uma democracia participativa plena. <

Guerra civil na Venezuela?

Ana Esther Ceceña

As guerras do século XXI têm a particularidade de se parecerem às mobilizações por direitos sociais. A vasta experiência do Pentágono em intervenções políticas e disciplinadoras em todos os continentes e em todo tipo de situações gerou formas muito distintas de se conceber a guerra em relação às utilizadas no passado (tão recente quanto o século XX), com maior ou menor êxito. As catástrofes climáticas ou humanitárias hoje são alguns dos denominados riscos ou ameaças à segurança que geram a mobilização de tropas e sua intervenção em territórios extranacionais, tal como ocorreu no Haiti com o terremoto de 2010. O Comando Sul dos Estados Unidos, que havia ocupado a praça, quando decidiu retirar-se, deixou instalada a Missão das Nações Unidas (MINUSTAH). A intervenção humanitária produziu uma ocupação militar que, após sete anos, deixa um lamentável saldo de violações de direitos humanos e do direito à autodeterminação do povo haitiano.

A maior novidade das intervenções deste século, contudo, talvez seja seu caráter sorrateiro. Arrastam-se de maneira silenciosa, grudando nas pessoas, devorando os tecidos comunitários e semeando o medo, a confusão e a incerteza. O estalo vem mais tarde. Primeiro roem as bases dos vínculos sociais, o que caracteriza “as pessoas” como “povo” em um sentido explícito de sujeito, assim como as bases do entendimento coletivo ou senso

comum, por meio de um cuidadoso trabalho de destruição simbólica, bombardeado pelos meios massivos de transmissão de dados e imagens.

Isto vem acontecendo há um tempo e soa novo, apesar de ser propriamente um modo de fazer guerra que se sistematizou somente no século XXI, combinado com a estratégia de espectro completo (abarcando todas as dimensões da organização social e da geografia) e com a ideia de aplicar todos os mecanismos simultaneamente e sem repouso.

Esta modalidade de dominação, ou de fazer guerra, tem como inspiração o estudo do comportamento dos sistemas complexos que se constituíram naturalmente, e mais particularmente o das abelhas. A assimilação do comportamento das abelhas deriva numa estratégia de ataque parecida com a de um enxame: todos ao mesmo tempo, mas de diferentes maneiras e a partir de direções distintas. Grande parte da força do ataque provém da confusão gerada, pois o atacado não identifica tão facilmente de onde vem a ofensiva, e também não tem descanso para poder observar ou pensar com cuidado como se defender dela. Mais que um enxame, o que surge é uma rede ou um conjunto de enxames: atacam o abastecimento, a capacidade de compra, a mobilidade, os serviços básicos, a tranquilidade do bairro, a organização comunal, o senso comum, e tudo com um efeito parecido ao que ocorre quando alguém chuta uma casa de abelhas. Segundo David Faqqard, oficial da Força Aérea dos Estados Unidos, “implica um ataque convergente a partir de várias unidades”. É um modo de

Ana Esther Ceceña é coordenadora do Observatório Latino-Americano de Geopolítica, Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade Nacional Autônoma do México. Integrante do Conselho da ALAI.

fazer guerra sem dar na vista, mas que quando se instala é absolutamente avassalador.

Métodos como estes, com suas particularidades e escalas, foram usados na Líbia e na Síria. Sempre aproveitando e atizando as contradições já existentes e levando-as a um nível de confronto absoluto, que propicia a introdução de forças adicionais (forças especiais de mercenários), de operações encobertas ou até de bombardeios do exterior, que não apenas elevam a tensão mas garantem o monopólio dos lugares estratégicos (poços de petróleo, portos, passagens ou rotas). Geralmente estas intervenções se combinam a alguns ataques estrepitosos e fragilizadores, como incêndios de infraestrutura básica ou de hospitais (maternidades, como na Venezuela), para criar também uma sensação de desamparo.

Criar “situações de guerra” (Ceceña, ALAI 495 e 500) como essas é altamente rentável. Em geral, como os ataques são súbitos e contundentes (e relativamente inesperados), permitem o apoderamento dos recursos ou territórios valiosos que regularmente continuam sendo explorados em benefício do atacante. Além disso, nessa situação, há uma constante e crescente necessidade de armas e outros bens, entre os quais alimentos básicos ou medicamentos, e que têm de ser adquiridos no exterior por meio do enfraquecimento de condições de produção interna, no caso de um dia ella haver existido. De todos os ângulos é um bom negócio.

A venda de armas não é um assunto menor. Somente a Arábia Saudita adquiriu US\$ 110 bilhões em armas para se consolidar como eixo da chamada Otan árabe. E a nova equipe que governa os Estados Unidos multiplicou suas pressões em diversas esferas para induzir à compra de armamento provenientes de suas fábricas ou das de Israel.

A guerra é mais uma forma rentável de disputar territórios, riquezas, rotas, lucro e espaços de poder, e é um modo altamente eficiente de impor disciplina.

Entre a paz e a guerra

Por isso ninguém se surpreende ao ouvir dizer que a Venezuela é a Síria da América, embora esta seja uma afirmação temerária. Na Síria há uma guerra propriamente dita, com armas, bombas, refugiados, mortos, disputa por territórios e todos os derivados de uma situação de confronto armado aberto, com múltiplas frentes. Uma enorme complexidade também advém do fato de a Síria ser o epicentro de um conflito bélico que envolve uma zona muito ampla, que abarca a região do Oriente Médio e uma parte da Europa e do norte da África. Além do mais, a guerra na Síria é uma manifestação da disputa entre os Estados Unidos, a coalizão potencial ou velada entre a Rússia, o Irã e a China, e talvez uma Europa em processo de reconstituição, com o envolvimento diferenciado de quase todos os Estados em volta, configurando um cenário de potencial guerra mundial.

Está-se fazendo uma guerra contra a Venezuela, que é o elo mais central do corredor energético mundial; mas não há guerra na Venezuela. O país é um cenário de luta entre a construção da paz e da guerra. Três elementos muito importantes permitiram detê-la:

- 1) o processo venezuelano está sendo defendido nas ruas e nos bairros pelo povo organizado; a revolução bolivariana é do povo;
- 2) o processo de construção da chamada unidade cívico-militar levou a uma imbricação que compromete os dois lados com uma defesa diferenciada mas compartilhada do que restou sob o rubro da revolução bolivariana, e que

neste caso é, entre outras questões, a defesa da vida;

3) quanto mais tenso fica o conflito venezuelano e mais se destaca o objetivo de derrotar o presidente Maduro, mais parece estar-se criando um governo coletivo que sustenta mas dilui a figura presidencial, e confere maior solidez à representação do Estado.

Estes três elementos somados geraram a possibilidade de enfrentar a guerra sem fazer a guerra; de enfrentar a violência com organização comunitária; de inventar

na prática cotidiana milícias de paz. Sem dúvida, o processo se desgastou. Mas também se fortaleceu e se radicalizou. Manter uma prolongada situação de assédio e violência sem usar armas nem para defesa pessoal é um sinal de altíssima consciência e responsabilidade, tanto dos corpos de segurança do Estado como dos civis em luta. A Venezuela hoje é a entrada e ao mesmo tempo o obstáculo à extensão da guerras de outros continentes em direção à América, e um ponto de definição estratégico da explosão, ou não, de uma terceira guerra mundial. <

Trump e a América Latina

Marco A. Gandásegui

O presidente Donald Trump não perdeu tempo em seu plano de redefinir as relações dos Estados Unidos com o resto do mundo. Ainda não cumpriu seis meses na Casa Branca e todas as cartas já estão na mesa. Seus aliados europeus ficaram surpresos ao ver como suas ações acompanham a retórica. Fortaleceu as relações com os reinos árabes do Oriente Médio e, ao mesmo tempo, com Israel. Está buscando criar uma aliança com a Rússia e uma relação dominadora com a China. Pode-se resumir o objetivo do novo presidente em três eixos. O primeiro é manter seu domínio - sem hegemonia - sobre o mundo, especialmente sobre seus amigos e também sobre os competidores. O segundo é um derivado imediato do primeiro: controlar os recursos naturais, especialmente os energéticos em escala global. O terceiro se refere ao componente militar. Quer assegurar a liderança no campo tecnológico e de inovação, o que garante sua primazia no mercado global.

Há indícios de que Trump entende as mudanças experimentadas atualmente pelo sistema mundo-capitalista. Em seu discurso, sugere que as políticas neoliberais e “globalizantes” do “establishment” norte-americano fracassaram, uma vez que o crescimento (acumulação) capitalista não consegue se recuperar. Seus assessores falam na necessidade de inverter a corrente de capitais que saem dos EUA e procurar a fórmula para que os capitais no mundo voltem a se dirigir ao país. Trump repete diversas vezes que

apenas construindo muros em suas fronteiras, vendendo mais armas no mercado mundial e promovendo a industrialização, os EUA podem recuperar a grandeza do passado.

Os EUA nunca consideraram a região da América Latina como estratégica em sua visão de mundo. No início do século XX, a Revolução Mexicana despertou certa preocupação ao país. A meados do mesmo século, a Revolução Cubana alterou significativamente a política de Washington no que diz respeito à região. Seus estrategistas acreditavam que Cuba se transformaria na ponte para permitir à União Soviética aproveitar o descontentamento generalizado na América Latina e pôr um fim a seu domínio na região, que vinha se consolidando desde meados do século XIX. Este temor dominou sua política ao longo da segunda metade do século XX. A repressão foi generalizada e a regra eram os governos militares controlados a partir do Comando Sul dos EUA na zona do Canal de Panamá.

A princípios do século XXI, mudou a correlação de forças entre os EUA e a região. Tanto eles como a América Latina abandonaram as teorias do desenvolvimento baseadas no emprego massivo no setor industrial (keynesianas) e adotaram políticas neoliberais. Estas últimas promoviam a flexibilização, a desregulação e a privatização, que criaram uma massa de trabalhadores informais e improdutivos. O presidente Clinton (1993-2001) criou o Tratado de Livre Comércio da América do Norte, incluindo o México. A pobreza e a desigualdade se converteram nos sinais de destaque de toda a região.

Em alguns países, os movimentos sociais conseguiram chegar ao poder aproveitando fortes reações populares contra as políticas

Marco A. Gandásegui é professor de Sociologia da Universidade do Panamá e pesquisador associado do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA). Colaborador da ALAI.

neoliberais. Entre estes se destacaram a Venezuela, a Bolívia e o Equador que, somados a outros governos, criaram entidades como a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Produziu-se um inusitado entusiasmo entre os países latino-americanos diante do fracasso da política de Bush (2001-2009) para enfrentar a crescente tendência reformista na região.

Em 2005, fracassou o projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que morreu sem pena nem glória. Na realidade, a Casa Branca de Bush (filho) nunca elaborou uma política para a América Latina, já que estava preocupada com suas guerras no Iraque e Afeganistão. A resposta do governo de Obama (2009-2017) foi proclamar uma nova estratégia: abandonar a política subversiva aberta e optar por planos “inteligentes” para neutralizar os governos que não concordavam com o neoliberalismo. Entretanto, apesar de derrubar vários governos durante seu período presidencial, Obama também não tinha uma ideia clara do que era a América Latina. Criou uma aliança de livre comércio do Pacífico para competir com a ALBA e o Mercosul. Pretendeu incluir o grupo no Tratado do Pacífico, do qual fariam parte países asiáticos, excluindo a China Popular.

O panorama que enfrenta Trump (2017) na América Latina não apresenta maiores desafios. Em seus discursos de campanha e presidenciais, não menciona a América Latina. Apenas se refere ao muro na fronteira com o México, que é mais um problema de política interna que externa. As preocupações de Trump estão na Eurásia, por um lado pela decadência da Europa, por outro pela ascensão da China, sem esquecer os enormes recursos da Rússia e do Oriente Médio.

Assim como no cenário global, Trump vê sua política em relação à América Latina sobre três eixos. O primeiro se trata de manter o domínio sobre a região, especialmente sobre os governos neoliberais e, igualmente, sobre

os contestadores. Cuba é uma exceção e ele se referiu claramente a isso em seu discurso de Miami. É um problema de política interna: os votos eleitorais do Estado da Flórida. O segundo eixo é um derivado imediato do primeiro: controlar os recursos naturais, especialmente os energéticos. As indústrias petrolíferas dos EUA e México já estão sendo integradas ao epicentro em Houston. Trump também declarou de passagem que abandonará os tratados comerciais da América do Norte e Pacífico. E o terceiro se refere ao componente militar. Com exceção do Brasil, a região é reconhecidamente importadora de armamentos. Com a chamada “guerra contra as drogas”, a América Latina se transformou em um dos maiores consumidores de armas dos EUA. Os exércitos latino-americanos se tornaram associados da Agência de Controle de Drogas (DEA) dos EUA.

Deixamos para o final a política de Trump em relação à Venezuela (petróleo) e o Panamá (a via interoceânica). Com relação ao governo bolivariano em Caracas, Obama o declarou um “perigo para a segurança nacional” dos EUA. Como consequência disso, Washington organizou e financia uma insurreição das camadas médias da população desse país. E Trump ainda não decidiu se vai intervir diretamente para derrubar o presidente Maduro e seu governo - que tem apoio popular. A oposição venezuelana não demonstrou capacidade para unificar os diferentes setores sociais. E a invasão da Venezuela e a guerra prolongada que isso provocaria não é interessante para os EUA no Caribe nesta conjuntura.

Trump expressou interesse em recuperar o Canal de Panamá. Antes de mais nada, por razões políticas internas. Sua base eleitoral o elevaria a um status similar ao dos presidentes Reagan e Teddy Roosevelt. Seria um passo importante em sua aspiração à reeleição em 2020. Teria, no entanto, um problema similar ao que enfrenta na Venezuela: o rechaço e a resistência do povo e, inclusive, de alguns setores empresariais. Sem dúvida, os povos e os governos do mundo o condenariam. <<

Perspectivas latino-americanas em relação à economia mundial

Oscar Ugarteche e Armando Negrete

O início de 2017 foi marcado pela eleição de Trump como presidente dos Estados Unidos e pelo processo do Brexit europeu. Os efeitos que estas ameaças e as políticas econômicas têm na ordem mundial são inevitáveis. Os Estados Unidos em 2015 alcançaram um PIB 3.14 vezes maior que toda a região latino-americana em seu conjunto, e a Grã-Bretanha é a quinta parte da economia da União Europeia. As mudanças políticas em ambos os lados são importantes para o rumo do desenvolvimento e o crescimento econômico da região. O estancamento europeu de 2017 está garantido, de agora em diante, pela contração de seu mercado em 20%, e os Estados Unidos parecem estar diante de uma primavera breve de fortalecimento de sua moeda, mas com pouca reativação produtiva.

Na América Latina a dependência externa se fortaleceu: a América do Sul se voltou para a China, enquanto a região da bacia do Caribe fortaleceu a sua relação com os Estados Unidos. Nesta bacia está a Venezuela, que sofre uma cisão. De um lado, o investimento estrangeiro mais importante dentro dos Estados Unidos é de capital da PDVSA por meio da CITGO, uma das principais empresas refinadoras e distribuidoras de gasolina depois da Exxon. Por outro lado, a Venezuela vende de forma crescente para a China e se endivida com a Rússia, criando

um cenário bélico na bacia do Caribe, *mare nostrum* americano. Isto é, pela primeira vez existe uma possibilidade real de uma guerra de alta intensidade, propriamente falando na eventualidade de problemas de pagamentos de dívida com a PDVSA. O cenário da Venezuela é de uma quebra da PDVSA e de interrupção de pagamentos nos bônus externos, trazendo com isso um problema internacional maior.

Assim, é preciso entender o pedido da Colômbia de ingressar na Otan. A América do Sul no Atlântico Norte? Deste modo, também é preciso entender a declaração de Obama de que a Venezuela é uma ameaça para eles. Isso coloca Cuba em uma situação de fraqueza diante dos Estados Unidos, cujo presidente republicano reitera que Cuba também constitui uma ameaça.

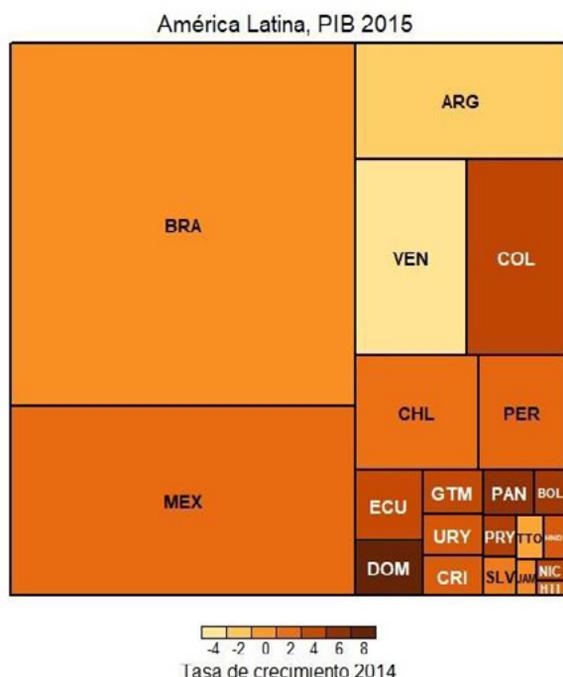
O cenário econômico que neste marco se apresenta para a América Latina é a combinação de um problema estrutural somado a uma transformação dependente das estruturas comerciais, financeiras e produtivas internacionais. As hegemonias comerciais, o enclave econômico regional, a gestão da política neoliberal em vínculo com o mercado mundial, e a estrutura da divisão internacional do trabalho foram modificadas, da década de 90, pelas grandes taxas de crescimento das economias asiáticas, especialmente da China. A reviravolta protecionista e a recessão dos Estados Unidos com a mudança britânica só complicaram o panorama e aceleraram os processos de crise e transformação na região, que insiste em manter o mesmo padrão de acumulação de capital dos anos 50: exporta matérias-primas e importa bens industriais. As

Oscar Ugarteche é pesquisador titular do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade Nacional Autônoma do México (Unam), coordenador do Projeto OBELA, membro do SNI/CONACYT. Integrante do Conselho da ALAI.

Armando Negrete é integrante do Projeto OBELA

três exceções são o México, que exporta mão de obra barata na forma de fábricas têxteis e de migrantes, o Brasil e a Argentina, que têm estruturas produtivas mais complexas desde os anos 50 e um acordo comercial (Mercosul) que lhes permitiu ampliar os seus mercados. Diante da falta de emprego, a população migrava, mas agora isso já não é possível.

Dinâmicas em curso



Fuente: Obela.org, con datos de WDI

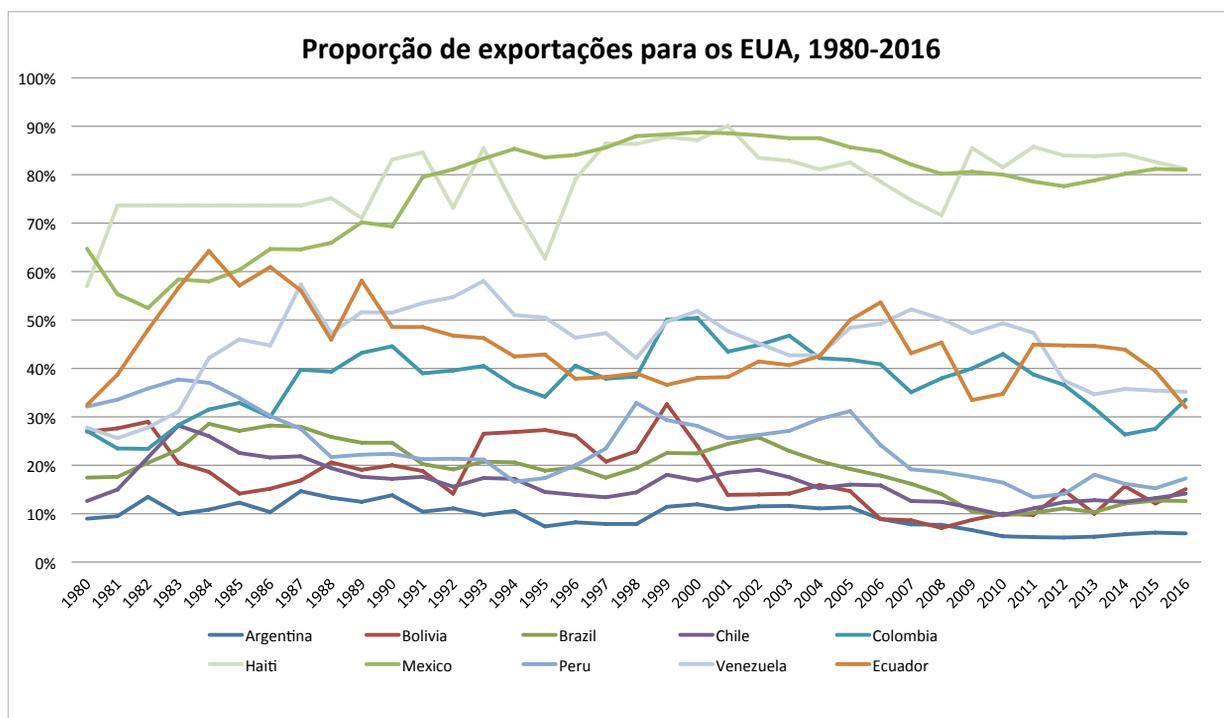
A heterogeneidade das economias latino-americanas não se deve só à relação comercial com o mercado mundial, mas também ao tamanho e à participação de suas economias na divisão internacional do trabalho. Por um lado, o Brasil, o México, a Argentina, a Venezuela, a Colômbia, o Chile e o Peru representam mais de 90% do total do PIB latino-americano; e os primeiros três, mais de 70%. O que criou relações de influência e dependência ainda no interior da região. O México, mesmo que seja profundamente dependente da economia norte-americana, influi nos países centro-americanos, tanto quanto o Brasil na América do Sul. No entanto, não se trata só da média do capital nacional, mas sim da sua composição e

crescimento. Nos últimos cinco anos, o Panamá, a Bolívia, a Nicarágua e a República Dominicana cresceram a uma taxa média superior a 5%; o Paraguai, o Peru e a Colômbia acima de 4%; enquanto o México, o Brasil e a Argentina crescem 2,8%, 1,4% e 1,0%, respectivamente.

Na média, a participação do comércio da América Latina no PIB, entre 2010 e 2015, foi de mais de 69%. Isso mostra a importância da dinâmica comercial e a dependência das estruturas do mercado internacional, tanto intra-regionais como mundiais. Estruturalmente, a dinâmica do aparelho produtivo mexicano esteve marcada pelo relacionado ao mercado estadunidense. Esta formação gerou duas dinâmicas diferentes: conformar alianças e cadeias produtivas regionais ou se integrar às cadeias globais da produção dos Estados Unidos. Foi assim que se isolou o México, a América Central e o Caribe da dinâmica comercial sul-americana.

As relações comerciais na América Latina estão na sua maioria organizadas, formalmente, a partir de três tratados comerciais multilaterais: o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (1994), o Tratado de Livre Comércio entre os Estados Unidos, a América Central e a República Dominicana (2006) e o Mercado Comum do Sul (1991). Assim, enquanto 81% das exportações mexicanas são para os EUA, o Brasil exportou 12% e a Argentina 5%, para o mesmo país.

A China aumentou o investimento estrangeiro na América do Sul e as importações provenientes deste mercado. Com a saída dos EUA do projeto do Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica (TPP), foi cedida para a China uma crescente influência e poder comercial na região. Os pontos de agenda da renegociação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN) afetam a taxa de câmbio, que querem congelar e assim dolarizar as economias de seus sócios da Aliança do Pacífico. Isto é uma extensão do que já foi conseguido no Equador, em El Salvador e no Panamá. Deve-se recordar que em 1889 isto foi o que propôs o secretário de Estado dos EUA, James Blaine, e que foi discutido na



Conferência Monetária de 1891. É uma demanda estadunidense muito antiga. Também serão novamente verificados os contratos do Estado com estrangeiros (procurement), a propriedade intelectual e a extensão das patentes; e as regras de origem. O que se conseguir com o México será replicado para todos.

Considerando a postura inicial do governo mexicano de que o muro “não é um tema bilateral” (?) e a aceitação das demandas sobre a redução da exportação de açúcar refinado em troca de um aumento da cana sem refinar para os EUA, é possível que o México aceite tudo que os Estados Unidos proponham, em troca de que o deixem em paz na questão migratória. Os Estados Unidos têm tratados bilaterais de livre comércio com o Chile (2004), o Peru (2007), o Panamá (2007) e a Colômbia (2007) e com a América Central e a República Dominicana.

Pensar na região

Uma tendência adicional no cenário do futuro econômico latino-americano é a deterioração da política, da democracia e da governança que

sofre a região. Por um lado, a crise e a queda dos governos progressistas (leia-se Argentina, Venezuela, Equador, Bolívia, Uruguai e Brasil), apesar da heterogeneidade dos projetos, do fracasso político e das dificuldades econômicas, representa uma virada incerta nas relações regionais e na cooperação comercial, em todos os níveis. O caso da Venezuela é ainda pior. O seu trânsito político e econômico corre risco, pelo seu nível de endividamento externo, pela composição dos aparelhos produtivos e a dependência em relação ao preço de matérias-primas.

Por outro lado, sem diferenciar aqui a sua orientação política, o abandono do interesse nacional e a crescente desfaçatez dos funcionários políticos de todos os níveis de governo, de todos os países da região, mostram o quanto se converteram em gestores que recebem um salário do Estado a favor dos interesses das companhias transnacionais. Assim o deixou claro o caso da Odebrecht, o conglomerado global de construção civil do Brasil. Este grupo criou uma estrutura financeira formal dedicada exclusivamente à gestão e ao pagamento de subornos a funcionários governamentais em

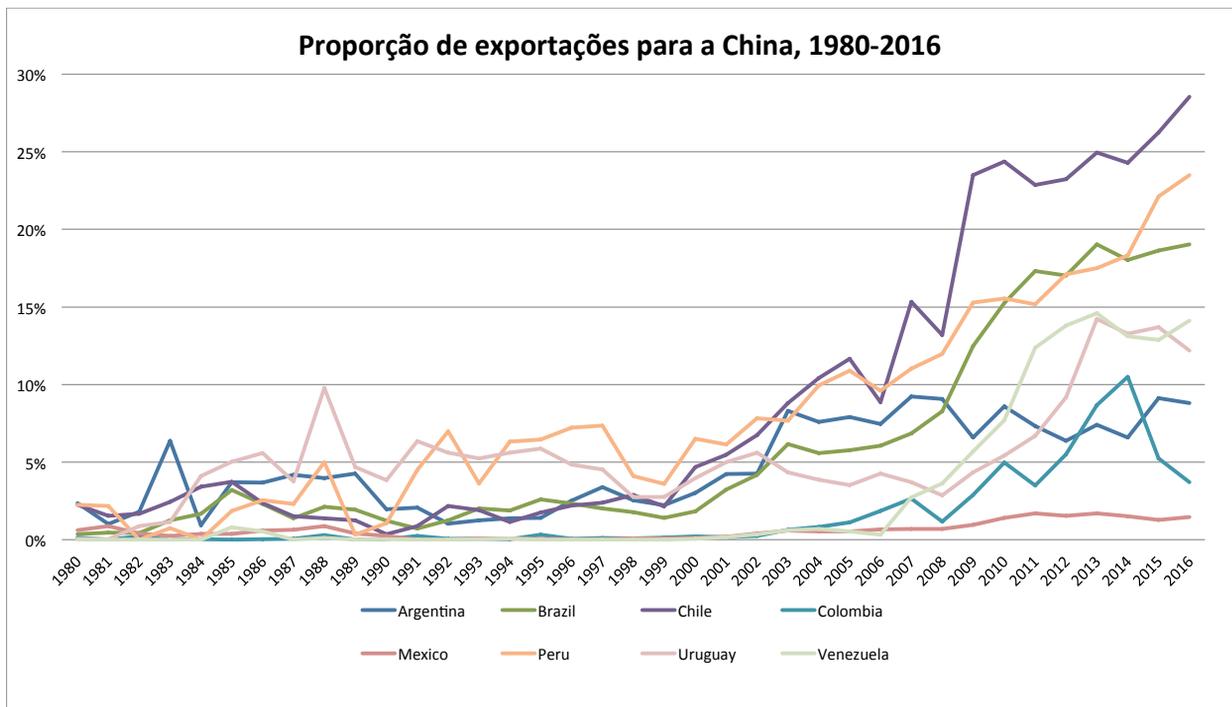
três continentes, para ganhar as concessões de operação e construção. Com exceção do Peru, que foi desde o período Fujimori um enigmático e isolado exemplo de justiça e prisão de governantes e funcionários corruptos, no resto da América Latina foram colocados em operação os tradicionais sistemas de acobertamento, censura, esquecimento e cinismo que protegem as classes no poder - de forma mais intensa no México que no restante dos países, porém em todos eles. Embora a própria empresa tenha se declarado culpada e aceitado pagar US\$ 4,5 bilhões de pena por seus atos criminosos, os governos estão sendo lentos para abrir a informação e sancioná-la.

Em conjunto, as opções que a América Latina tem para transitar neste final acelerado da hegemonia estadunidense e no auge do poder chinês, na nova era protecionista e de reestruturação comercial e financeira global, e para superar suas crises políticas, representativas e sociais, sobre uma base de profunda desigualdade e concentração de renda, não são simples. Precisam que a convergência dos diferentes poderes políticos, econômicos e sociais se ocupe dos problemas nacionais, mais que dos interesses pessoais

imediatistas. Tolerante com o fracasso de suas estimativas, o FMI previu um crescimento de 2% no PIB latino-americano em 2017, menos estimulado pelo México ou pelo Brasil, dos quais se espera 1,7% e 0,2%, respectivamente, e mais pelos 3,9% calculados para a América Central, onde destacam os 5,8% projetados para o Panamá.

A oportunidade que oferecem as presentes mudanças das relações comerciais, tanto para o Mercosul com a sua relação com a China, como para a América do Norte e a América Central com o possível enfraquecimento comercial com o EUA, assim como a nova acomodação das relações comerciais da União Europeia, pode ser bem aproveitada e gerar melhores condições econômicas para a América Latina.

Devemos trabalhar em um modelo produtivo não baseado em matérias-primas e em mão de obra barata, e transitar de um modelo profundamente dependente das cadeias produtivas internacionais, para outro com maior autonomia industrial e diversificação produtiva, concebendo a região novamente. ☞



Inteligência artificial: a nova dependência?

Sally Burch

Entre as mudanças em curso no mundo, uma das que em breve se tornará mais onipresente será a expansão da chamada “inteligência artificial” (IA), afetando uma infinidade de áreas e com transformações significativas na economia, no trabalho, na convivência social e em diversos outros âmbitos. A IA implica basicamente a capacidade informática de absorver uma enorme quantidade de dados para processá-los - mediante algoritmos -, com o objetivo de tomar decisões em função de uma meta específica, com uma rapidez e em volumes que superam amplamente a capacidade humana. Por exemplo, já é utilizada para otimizar os investimentos particulares em bolsa de valores ou para ordenar melhor o tráfego de veículos, ao identificar, em tempo real, as rotas mais des congestionadas.

O discurso promocional busca vender a IA como resposta à maioria dos problemas; e, sem dúvida, muitas aplicações podem ser bastante proveitosas, a nível pessoal ou social. Porém, como toda tecnologia, a forma como se desenvolve responde a interesses concretos; e hoje praticamente as únicas entidades com capacidade de investir e manipular as quantidades de dados requeridas para otimizar os sistemas são grandes empresas transnacionais: principalmente norte-americanas, ainda que também chinesas e, em menor escala, de alguns outros países.

A hegemonia alcançada por estas empresas se deve, por um lado, à posição chave que ocupam

Sally Burch, jornalista britânico-equatoriana, é diretora executiva da ALAI.

no controle das plataformas que conectam os diferentes atores, fato que gera a formação de monopólios. E isto, por sua vez, permite a elas acumular mais dados, insumo principal desta nova economia digital. Sendo assim, e sobretudo quando se trata de transferir serviços públicos ou funções críticas a sistemas de IA manipulados por estas empresas, surge uma contradição entre a meta corporativa de lucro máximo e as exigências do interesse público.

Um dos riscos mais evidentes são eventuais falhas ou o “hacking” em sistemas vitais (como a rede elétrica) ou de alto risco (como os carros autônomos). Possibilidade que aumenta, se a empresa responsável pela tecnologia buscar aumentar seus lucros reduzindo o gasto em segurança.

Mas surgem sérias implicações e desafios em vários outros aspectos, particularmente em relação aos direitos humanos ou às “zonas grises” das decisões jurídicas; assim como em matéria de soberania.

Nos países desenvolvidos (em particular na Europa), está aberto o debate sobre as implicações da inteligência artificial, e marcos de princípios e direitos começaram a ser elaborados, contemplando questões como:

- Os robôs e sistemas de IA programados para tomar certas decisões têm às vezes algoritmos complexos, resultando impossível saber exatamente como e por que tomaram tal decisão e não outra. Então, quem é responsável pelas consequências destas decisões?

- A quem pertencem os dados que os sistemas informáticos coletam dos sensores (por exemplo, de uma cidade) ou dos usuários (com ou sem seu consentimento ou conhecimento)? Que implicações teriam em relação a quem se beneficia dos rendimentos econômicos que produzem?

- Como evitar que os sistemas inteligentes aprofundem exclusões e discriminações (intencionalmente ou não)? De fato, já existem muitos casos nos quais se evidencia que os preconceitos sociais se refletem nos próprios algoritmos.

Possivelmente, um dos problemas mais agudos seria o impacto sobre o emprego, devido à robotização ou à automatização da produção de bens ou serviços. Há prognósticos de que, em muitos setores, o emprego vai desaparecer, e que os novos seriam insuficientes para absorver todas as pessoas deslocadas; entre os setores mais vulneráveis mencionam-se os motoristas profissionais ou os vendedores de supermercados e mercearias. Por isso, há cada vez mais apoio, nos países desenvolvidos, inclusive no setor empresarial, à ideia de que será necessário estabelecer uma renda básica universal para a população que ficar sem emprego remunerado, subsidiada mediante políticas de transferência de lucro das empresas ultrarrentáveis do setor da IA.

Outros analistas, contudo, consideram que há exageros em relação ao perigo da perda de empregos, ao menos a curto prazo (talvez por motivos políticos: um trabalhador com medo de perder seu emprego será mais dócil), já que, se fosse verdade que os robôs estão substituindo massivamente os trabalhadores, estaria havendo um forte aumento de produtividade, o que, ao menos no caso dos EUA, não se registra. O crescimento médio foi de apenas 1,2% ao ano na última década e de apenas 0,6% nos últimos cinco anos.

Mas não resta dúvida de que há uma transferência de riqueza para as empresas que concentram poder no setor IA (às vezes

conhecido como GAFA - Google, Apple, Facebook, Amazon, ou GAFA-A, incluindo a chinesa Alibaba); enriquecimento baseado na acumulação e no processamento de dados.

O impacto no Sul

Na América Latina, até agora, há pouco debate sobre estes temas. No entanto, podemos estimar que os impactos serão importantes e se darão em prazo relativamente curto. Por um lado, as mudanças no Norte sem dúvida deixarão sequelas no Sul. Por exemplo, à medida que avançar a robotização e automatização, certas linhas de produção, que foram deslocadas a países do Sul para se beneficiarem de mão de obra barata, voltariam ao Norte. De fato, isso já está ocorrendo: na Índia, por exemplo, reduziram-se fortemente os empregos no setor de tecnologia da informação, em particular nos centros de telemarketing. Por outro lado, a contratação no Sul de sistemas de IA de fornecedores do Norte, por exemplo, para melhorar os serviços públicos, resultará em novas formas de extração de riqueza e de dados e, conseqüentemente, novas formas de dependência, maiores brechas entre Norte e Sul, etc. Seria importante realizar estudos que medissem as repercussões reais em nossos países para estimar o impacto potencial.

Em artigo recente publicado no New York Times, Kai-Fu Lee (que lidera uma empresa chinesa de capital de risco e preside seu Instituto de Inteligência Artificial) apresenta as perspectivas em termos bastante realistas: embora a IA esteja muito longe de poder competir com a inteligência humana, ele reconhece que, no futuro, terá a capacidade de reconfigurar o sentido do trabalho e da criação de riqueza, o que resultará na eliminação de empregos em ampla escala, levando a desigualdades econômicas sem precedentes. Por isso, ele considera inevitável introduzir políticas de transferência de renda das empresas de IA com alta rentabilidade aos setores sem emprego, o que será factível - diz - em países como os EUA ou a China, que têm

potencial para dominar o setor. Porém, sendo a IA uma indústria na qual a força engendra mais força, a maioria dos países ficará fora dessa possibilidade. Por isso “enfrentam dois problemas insuperáveis. Primeiro, a maior parte do dinheiro produzido pela inteligência artificial irá para os Estados Unidos e para a China”. E segundo, ter populações em crescimento passará a ser uma desvantagem, devido à escassez de empregos.

Sendo assim, Kai-Fu Lee pergunta que opções restarão para a maioria dos países que não poderão cobrar impostos das empresas de IA ultrarrentáveis: “Só posso prever uma: a menos que desejem afundar sua população na pobreza, serão obrigados a negociar com o país que lhes proporcione a maior quantidade de software de inteligência artificial - a China ou os Estados Unidos -, para que, essencialmente, seja dependente econômico desse país e aceite subsídios de assistência social em troca de as empresas de inteligência artificial da nação ‘mãe’ continuarem obtendo lucros dos usuários do país dependente.” O autor acredita que as empresas norte-americanas dominarão nos países desenvolvidos e em alguns em desenvolvimento, e as chinesas na maioria dos países em desenvolvimento, um arranjo econômico que “transformaria as alianças geopolíticas”.

Sem dúvida é um prognóstico influenciado pela perspectiva geopolítica chinesa, mas o destacamos aqui porque é pouco frequente que o setor empresarial queira reconhecer esta realidade. Pode-se pensar que haveria outras saídas; porém, com a atual inércia na maioria de países do Sul frente a esta realidade, ainda pouco compreendida, um cenário parecido ao que prevê Kai-Fu Lee parece bastante provável. O Sul permaneceria em seu papel de fornecedor de alimentos e matérias-primas e sua dependência do Norte se aprofundaria.

Não há muito tempo para reagir, como destacou em sua recente visita ao Equador o ex-ministro da Fazenda da Grécia, Yanis

Varoufakis. Ele advertiu que o modelo econômico atual daquele país sul-americano só poderá durar mais cerca de cinco anos, e depois - se não houver uma reviravolta tecnológica -, ficará fora da cadeia de criação de valor. “A mudança tecnológica está se dando rapidamente contra os produtores primários: os países de baixa ou média renda que dependem do comércio físico”. Ao mesmo tempo que elogiou a sofisticação da política financeira equatoriana frente à dolarização e à dívida externa e em relação à redistribuição de renda, considerou que o desafio atual é encontrar uma sofisticação similar no setor tecnológico, igualando-se, por exemplo, à Estônia ou à Islândia, com uma política de soberania tecnológica, para que se torne um exemplo para a região e o processo de integração regional.

Enquanto isso, as transnacionais do setor se apressam em derrubar qualquer barreira que possa subsistir a seu domínio global sobre os mercados e os dados. Avançaram em sua agenda, com muito pouca resistência, nos capítulos sobre comércio eletrônico dos acordos comerciais TPP (Tratado Transpacífico - já enterrado) e TISA (Acordo sobre o Comércio de Serviços - congelado no momento). Agora, a aposta é abrir negociações sobre o “comércio eletrônico” na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Não resta dúvida de que o desafio da nova economia digital faz um apelo a uma vontade política clara e contundente, mas também a buscar alianças. Pelo volume necessário de investimentos, é pouco provável que qualquer país latino-americano por si só encontre uma saída adequada; mas um bloco de países - como a Unasul - teria maior capacidade de desenvolver níveis de resposta, ao menos para afirmar soberania regional em algumas áreas críticas. Isso lhes permitiria também acumular mais poder de negociação frente às potências em IA e suas empresas, assim como nas instâncias globais em que se definem políticas de governança. <

América Latina diante dos poderes da globalização

Irene León

Estão acima dos mais poderosos governos e instâncias multilaterais, seu critério pesa mais que qualquer expressão pública ou idiossincrasia cultural, seu poder é maior que o de qualquer país ou coalizão de países, seu poder econômico supera o PIB de muitas nações, e a sua capacidade de decisão alcança os lugares mais recônditos do planeta. Já conhecidos - nos referimos aos poderes da globalização, que são corporativos, extraterritoriais, transversais, e estão presentes em todas as esferas da vida coletiva e individual, seja pela via das dinâmicas do capital financeiro, pela ação das transnacionais, por meio do ímpeto do complexo industrial - militar, das indústrias culturais e comunicacionais -, ou por tudo isso junto.

A singularidade destes poderes é seu caráter fático, instituído por uma “autorregulação” afastada dos mecanismos reconhecidos de legitimação democrática. Não foram eleitos para exercer o poder, mas se instalaram como líderes nos cenários da “governança” mundial. Declaram-se apolíticos, mas fazem política, tanto em seu empenho de formatar os mecanismos internacionais com definições adaptadas a seus interesses, como em sua luta contra o Estado e o público em qualquer uma de suas formas.

O seu poder extraterritorial é exercido em um novo mapa mundial, redesenhado em

função da existência e disponibilidade de recursos, cujo controle absoluto é inclusive o leitmotiv do lançamento sem precedentes de uma poderosa maquinaria bélica. Os poderes fáticos da globalização disputam a preeminência de seus interesses acima daqueles dos países, desconsideram o bem comum e conceituam os interesses nacionais como “obstáculos de localização”. Nesse marco, a noção de obsolescência se expandiu para abarcar a história, a visão de país, a política, as perspectivas locais.

Também as legislações nacionais e o multilateralismo são considerados como obstáculos. Aliás, com o passar dos anos, criaram instâncias próprias que suplantam a justiça internacional e a substituem por instâncias ad hoc, acordadas pelas próprias corporações. São um exemplo os tribunais de arbitragem para resolver controvérsias, nos quais os países, compostos por milhões de pessoas, devem renunciar ao poder de se defender sob legislação internacional, e, colocados como um cliente qualquer, são tratados com parcialidade diante das corporações, que só representam os seus donos. Nesses cenários, as partes se equiparam, como se o lucro de uma empresa tivesse importância igual ou maior que o bem comum, os povos e a natureza.

Do mesmo modo, para garantir a “extraterritorialidade” dos capitais - e portanto a evasão fiscal -, se potencializaram os paraísos fiscais e outros mecanismos que facilitam as práticas especulativas. Pretende-

Irene León é socióloga equatoriana. Integrante do Conselho da ALAI.

se inclusive amparar estas práticas - no marco da OMC - com um instrumento internacional vinculante, que refere o livre trânsito de capitais como um direito, do mesmo modo que se busca legitimar o livre comércio como eixo vertebral das relações planetárias.

Independentemente de suas inclinações absolutistas, contudo, os poderes da globalização ganharam popularidade e até se posicionaram como sinônimo de eficiência e antiburocracia, juventude e inovação, abertura e cosmopolitismo. Por meio da sedução publicitária constantemente renovada, globalizaram como objetivos de vida o consumismo, a competência e a acumulação.

Os modelos culturais expostos pelos poderes globais mimetizam a liberdade com uma liberação de “fluxos”, inicialmente associados à comunicação, mas relacionados com recursos, produtos e capitais. A ideologia e a cultura do livre comércio, espinha dorsal da transnacionalização, levanta-se sobre um falso pressuposto de livres fluxos de tudo, quando, na verdade, tudo indica a direção da acumulação e dos lucros ultraconcentrados nas corporações, em benefício de um número cada vez mais reduzido de pessoas. Essa falácia se impõe também em relação ao trabalho, sob formas de deslocalização e precariedade que colocam as pessoas como parte dessa suposta liberdade de fluxos.

O novo momento do capitalismo leva a marca do predomínio dos poderes fáticos globais, que antepõe o sucesso individual, o interesse privado e a acumulação em escala mundial, diante de qualquer referente coletivo, histórico ou de bem comum, para se consolidar, apresentar a reorganização “gerencial” do mundo, sob a liderança dos chamados “atores não estatais”. Os interesses e prioridades das transnacionais, do capital financeiro e do complexo industrial militar operam já sem rodeios como mais relevantes que aqueles dos países e regiões.

Resistências latino-americanas e globais

Em um momento em que se arrisca o controle do mundo, seus sentidos, recursos e territórios, e na medida em que foram se revelando as implicações geopolíticas, econômicas, culturais e sociais resultantes desse contexto, a América Latina e o Caribe produziram uma heterogeneidade de respostas. Algumas são as contestatárias, como se verifica no surgimento de uma multiplicidade de resistências pontuais diante dos impactos da transnacionalização. Outras foram definidoras, como se expressou na resistência coordenada diante do livre comércio, que conseguiu em 2005 o fracasso do projeto estadunidense de unificação mercantil hemisférica, a Área de Livre Comércio das Américas - Alca. Também há as convocatórias, para gerar cenários e propor alternativas à globalização, como foi o Foro Social Mundial, apresentado como a antítese do elitista Foro Econômico Mundial, conhecido como de Davos.

Na região, amadureceu a ideia de que está em disputa um projeto integral de sociedade, de dimensões históricas. Então, até o presente momento, chegaram até a ser gestados projetos de sociedade com horizontes articulados a alternativas civilizatórias. Mas também se produziram estratégias imediatas, para gerar um contrapeso à imposição vertiginosa dos interesses dos poderes fáticos, especialmente os corporativos, provenientes das transnacionais e do capital financeiro.

Como uma forma de retaliação a esses avanços na defesa da soberania, a América Latina é a região que acumula o maior número de litígios interpostos pelas empresas em tribunais de arbitragem estrangeiros. A cifra disparou nas últimas duas décadas: de seis demandas entre 1987 e 1995, o número aumentou para 314, no período 1996-2008. Boa parte dessas demandas evidencia a inter-relação entre avanços das empresas transnacionais e usos enviesados de instrumentos financeiros e de investimento.

Instrumentos desenvolvidos ex profeso para proteger investimentos, inclusive pondo em xeque a sobrevivência dos povos e a natureza, como é o caso dos Tratados Bilaterais de Investimento (TBI), que, assumidos em décadas passadas como parte do pacote neoliberal, foram denunciados, ou seja, suspensos, por vários países. Assim procedeu a Bolívia. O Equador avançou ainda mais, com um processo de auditoria, mas a sua vigência só poderá se extinguir em cinco, dez ou 15 anos, segundo cláusulas que preveem a proteção dos investimentos além de toda ação nacional. Em outras palavras, se os países que tentaram marcar algum equilíbrio entre os interesses de seus povos e os das corporações encontram tais obstáculos, o que dizer das condições naqueles que aderem ao neoliberalismo.

Nesse sentido, representa um marco a proposta de criar um Instrumento internacional juridicamente vinculante sobre transnacionais e direitos humanos, apresentada pelo Equador e pela África do Sul e acolhida no seio da ONU, onde se avança em sua formulação. Desafiando as contundentes pressões e influências das corporações, um Grupo de Trabalho criado com esse fim desenvolve propostas para gerar mecanismos de regulação, mitigação e reparação. Centenas de movimentos do mundo inteiro se envolveram e se mobilizaram em torno desta causa.

Junto com isto, as iniciativas latino-americanas para mudar a relação dos países com as transnacionais e o capital financeiro compreendem, entre outras ações: a criação de uma instância de países afetados pelas transnacionais, que aglutina cerca de 40 integrantes (encontros em Guayaquil 2013

e Caracas 2014); a instauração de um Observatório que sistematize as ações das transnacionais e os investimentos nos países; a criação de um mecanismo soberano para a resolução de controvérsias, apresentado na Unasul; o impulso de acordos entre países da região para a criação de “grã-nacionais” que propiciem intercâmbios horizontais entre os países da região e do Sul, apresentados no marco da Alba, para mencionar alguns.

Assim, apesar dos desafios impostos por uma recomposição conservadora que inclui a desaceleração deste tipo de iniciativas, quando não uma atitude defensiva, na América Latina e no Caribe continua se disputando um distanciamento do neoliberalismo e um freio aos poderes fáticos da globalização. É uma região que saboreou recentemente a busca de alternativas para o capitalismo a partir de várias frentes, e aprovou também concepções de outra geopolítica mundial, com enfoque na multipolaridade. Nas duas últimas décadas, a América Latina pôs em andamento uma arquitetura de integração soberana e heterogênea, e experimentou, inclusive, políticas redistributivas que marcam um antes e um depois para seus povos em vários países.

Em síntese, a América Latina tem diante de si propostas soberanas, experiências históricas de mudança, como a cubana, e um acúmulo de visões históricas de futuro, cuja continuidade de processo só admite esforços para superar até as mais mínimas contradições endógenas e de gestão política, a fim de recuperar o ímpeto coletivo das batalhas, as lutas e as vitórias, que nos tempos atuais se dirimem também em escala planetária. ◀

A crise civilizatória e o papel da ética

Frei Betto

Para o grego, *ethos* significa a casa no sentido amplo do habitat do ser humano, tanto a natureza quanto a vida social. *Ethos* é uma casa em construção, e nela o ser humano se pergunta pelo sentido de si mesmo, pelo rumo e objetivo do projeto que assume. A ética é, pois, um processo pelo qual conquistamos a nossa humanidade, construímos a nossa casa, ou seja, a nossa identidade como pessoa (ser político), e como classe social, povo e nação.

A humanização de si, dos outros e do mundo é um permanente *vir-a-ser*, do ponto de vista assinalado por Teilhard de Chardin: tanto mais nos humanizamos quanto mais nos espiritualizamos. E a nossa espiritualização é uma questão ética, antes de ser uma opção religiosa.

O ser humano tem duas atitudes perante a vida: viver da tradição ou da inovação. Vive da tradição aquele que se submete ao mundo no qual se insere sem questioná-lo ou se questionar nele. É a tendência predominante neste mundo globocolonizado em que vivemos hoje. O modo da tradição é próprio dos animais, incapazes de inovar seu habitat. Estão atavicamente presos à natureza.

Ao ser humano é dado o poder de inovar, distanciar-se da natureza e de si próprio, perguntar-se pelo sentido da vida e pelos

valores a serem assumidos diante do leque de opções que se abre à sua liberdade. Pois somos essencialmente seres históricos chamados a fazer história.

Liberdade não é dar vazão aos desejos. Aliás, com frequência os nossos desejos não são propriamente nossos. São desejos dos outros incutidos em nós pela publicidade e pelos modismos. Livre é aquele que se distancia da tradição, das pressões circundantes e, ao se indagar pelo sentido, atua segundo a inteligência. A modernidade prefere dizer: atua segundo a razão. Ora, “a razão é a imperfeição da inteligência”, alertou Santo Tomás de Aquino. O conhecimento não se dá apenas pela razão; envolve a intuição, os sentimentos, as emoções, o senso estético etc. Assim, a ética nasce, não do logos, mas do pathos, ali onde reside a emoção. Nasce da terra fértil da subjetividade, na qual se fortalecem as raízes de nossos valores e princípios.

A razão é a instância intermediária entre o pathos e a contemplação, a suprema forma de conhecimento, aquele que nos faz vivenciar o Real. Por não perceber essa diferença, somos capazes de reconhecer a miséria e analisá-la (razão) mas nem sempre somos sensíveis a ela ou ficamos indignados diante dela a ponto de atuar para erradicá-la (pathos).

Ética social

Sócrates foi condenado à morte por heresia, como Jesus. Acusaram-no de pregar aos

Frei Betto é escritor, autor de “La mosca azul - reflexiones sobre el poder” (La Habana, Editorial Ciencias Sociales, 2013).

jovens novos deuses. De fato, a iluminação de Sócrates não lhe abriu os olhos diante do Céu, e sim diante da Terra. Ele percebeu que não poderia deduzir do Olimpo uma ética para os humanos. Os deuses do Olimpo podiam explicar a origem das coisas, mas não ditar normas de conduta aos humanos.

A mitologia, repleta de exemplos nada edificantes, obrigou os gregos a buscar na razão os princípios normativos de nossa boa convivência social. A promiscuidade reinante no Olimpo podia ser objeto de crença, mas não convinha traduzir-se em atitudes; assim, a razão conquistou autonomia frente à religião. Em busca de valores capazes de normatizar a convivência humana, Sócrates apontou a nossa caixa de Pandora: a razão.

Se a nossa moral não decorre dos deuses, então somos nós, seres racionais, que devemos erigi-la. Em *Antígona*, peça de Sófocles, em nome de razões de Estado, Creonte proíbe Antígona de sepultar seu irmão Polinice. Ela se recusa a obedecer “leis não escritas, imutáveis, que não datam de hoje nem de ontem, que ninguém sabe quando apareceram.” É a afirmação da consciência sobre a lei, da cidadania sobre o Estado, do direito natural sobre o divino.

Sócrates defendia que a ética exige normas constantes e imutáveis. Não pode ficar na dependência da diversidade de opiniões. Platão trará luzes à razão humana ensinando-nos a discernir realidade e ilusão. Em *A República*, ele lembra que, para Trasímaco, a ética de uma sociedade reflete os interesses de quem ali detém o poder. Conceito que será retomado por Marx e aplicado à ideologia. O que é o poder? É o direito concedido a um indivíduo ou conquistado por um partido ou classe social de impor a sua vontade aos demais. E Aristóteles nos arrancará do solipsismo ao associar felicidade e política.

Mais tarde, inspirado por Aristóteles, Santo Tomás de Aquino nos dará as primícias de

uma ética política, priorizando o bem comum e valorizando a consciência individual como reduto indevassável, e a soberania popular como o poder por excelência. Maquiavel, na contramão, destituirá a política de toda ética, reduzindo-a ao mero jogo de poder e balcão de interesses, onde os fins justificam os meios.

O moderno e o pós-moderno

A crise civilizatória é um fenômeno singular, que nos situa no limiar de dois projetos civilizatórios distintos: o moderno e o pós-moderno.

Hoje, experimentamos algo que os nossos bisavós não conheceram: uma mudança de época. Eles conheceram períodos de mudanças. Não foram, como nós, contemporâneos de uma mudança de época.

Nos últimos dois milênios, a história do Ocidente foi marcada por duas grandes épocas: a medieval e a moderna. A primeira durou mil anos. A segunda, a metade da primeira.

O que caracteriza uma época é o seu paradigma. O da época medieval era a religião. A centralidade da fé cristã favoreceu a hegemonia política da Igreja. Toda a cosmovisão da Idade Média esteve marcada por fatores religiosos e noções teológicas.

Essa religiosidade incutiu nas pessoas uma ética fundada na noção de pecado, no medo do inferno e na esperança de se alcançar uma feliz vida eterna após a morte. Isso não significa que os medievais fossem isentos de atitudes antiéticas. Pelo contrário, a falta de liberdade de expressão e de pluralismo político favoreceu a intolerância religiosa manifestada pela Inquisição, na execução de supostos hereges, bem como as empresas colonialistas que, travestidas de Cruzadas, saquearam terras e riquezas de povos tidos como ímpios ou inimigos da fé cristã.

Entre os séculos XIII e XV, a época medieval ruiu por influência da nova cosmologia de Copérnico, que desbancou a de Ptolomeu; das navegações marítimas da Península Ibérica; do descobrimento do Novo Mundo; da introdução, na Europa, das obras de Platão e Aristóteles; e do acervo científico trazido pelos árabes - foram alguns dos fatores que puseram em xeque o paradigma medieval e, aos poucos, introduziram o novo paradigma que sustentaria a modernidade, a razão e as suas duas filhas diletas, a ciência e a tecnologia.

A modernidade, com Kant, buscou escapar dos parâmetros religiosos, fundando a ética em valores subjetivos e universais. Porém, alguns de seus filósofos mais importantes, como Husserl, Heidegger e Whitehead, não deram importância à questão ética. Exceções notáveis são Bergson e Scheller.

Para Kant, a grandeza do ser humano não reside na técnica, em subjugar a natureza, e sim na ética, na capacidade de se autodeterminar a partir de sua liberdade. Há em nós um senso inato do dever e não deixamos de fazer algo por ser pecado, e sim por ser injusto. E a ética individual deve se complementar pela ética social, já que não somos um rebanho de indivíduos, mas uma sociedade que exige, à sua boa convivência, normas e leis e, sobretudo, a cooperação de uns com os outros.

Hegel e Marx acentuarão que a nossa liberdade é sempre condicionada, relacional, pois consiste numa construção de comunhões, com a natureza e os nossos semelhantes. Porém, a injustiça torna alguns dessemelhantes.

Nas águas da ética judaico-cristã, Marx resalta a irredutível dignidade de cada ser humano e, portanto, o direito à igualdade de oportunidades. Em outras palavras, somos tanto mais livres quanto mais construímos instituições que promovam a felicidade de todos.

A filosofia moderna fará uma distinção aparentemente avançada e que, de fato, abre novo campo de tensão ao frisar que, respeitada a lei, cada um é dono de seu nariz. A privacidade como reino da liberdade total. O problema desse enunciado é que desloca a ética da responsabilidade social (cada um deve preocupar-se com todos) para os direitos individuais (cada um que cuide de si).

Essa distinção ameaça a ética de ceder ao subjetivismo egocêntrico. Tenho direitos, prescritos numa Declaração Universal, mas e os deveres? Que obrigações tenho para com a sociedade em que vivo? O que tenho a ver com o faminto, o oprimido e o excluído? Daí a importância do conceito de cidadania. As pessoas são diferentes e, numa sociedade desigual, tratadas segundo sua importância na escala social. Já o cidadão, pobre ou rico, é um ser dotado de direitos invioláveis e deveres para com o bem comum, e está sujeito à lei como todos os demais.

A crise da modernidade

Todos nós, contemporâneos deste início do século XXI, somos filhos da modernidade. Em seu advento, entre os séculos XV e XVI, brotou um grande otimismo quanto ao futuro da modernidade. Acreditou-se que ela poria fim às guerras, à peste, à fome e a tantos males que afetavam os medievais. Otimismo expressado nas obras de Voltaire, Thomas Morus, Campanella, entre outros.

A modernidade produz uma cisão entre a ética e a política. Privatizava-se a ética, que se restringe às virtudes assumidas pelo indivíduo, enquanto a política se afirma como um campo que prescindia de eticidade. E se torna mera ferramenta de busca e permanência no poder, como se ele contivesse um fim em si mesmo.

Hoje, somos a última geração moderna. Podemos olhar para trás e fazer o balanço da

modernidade. Há que reconhecer que, nos últimos 500 anos, a humanidade alcançou grandes avanços, do saneamento básico à comunicação digital. Chegamos a pôr os pés na face da Lua e, no entanto, continuamos incapazes de fazer pousar nutrientes essenciais no organismo de milhares de crianças, cujas vidas são precocemente ceifadas devido à fome.

A modernidade foi atropelada pelo capitalismo. A “ética” dos resultados substituiu a ética dos princípios. Em nome do desenvolvimento, do progresso, do crescimento econômico e da paz, implantaram-se o colonialismo e o neocolonialismo; disseminaram guerras; construíram arsenais nucleares; piramidizaram a riqueza mundial; impuseram ao planeta, por meio da globocolonização imperialista, um único modelo de sociedade, o do consumismo hedonista, que induz as pessoas a trocarem a liberdade pela segurança.

Hoje, somos 7,2 bilhões de habitantes na Terra, dos quais quase a metade carece de condições dignas de vida. Basta lembrar estes dados divulgados pela ONG britânica Oxfam, em fevereiro de 2016: em 2009, 1% dos mais ricos do mundo concentrava em suas mãos 44% dos recursos globais. Em 2014, passou a concentrar 48%. Prevê-se, agora, 50%. E as 62 famílias mais ricas têm em mãos US\$ 6 trilhões, a mesma renda de 3,6 bilhões de pessoas, metade da humanidade.

Em matéria de ética, estamos, como diria Guimarães Rosa, na terceira margem do rio. Abandonamos a ética religiosa da época medieval, fundada na noção de pecado, e ainda não conseguimos alcançar a ética socrática baseada na razão. Esse vácuo é que permitiu ao capitalismo desfigurar os fundamentos da modernidade, esgarçar as grandes narrativas, proclamar o “fim da história” e disseminar a falácia que tenta nos impor a ideia da conaturalidade entre democracia e capitalismo. Esse vácuo abriu espaço para que a competitividade fosse erigida em valor e virtude, descartando a solidariedade.

Há que fazer a crítica da razão monetarista! É ela que pretende que sejamos todos consumistas, e não cidadãos; meros joguetes entregues à mão invisível do mercado, e não protagonistas sociais; e adeptos da fé no fim da história, ou seja, da imaculada concepção de que o capitalismo é dotado de predicados divinos: eterno, onipresente, onisciente e onipotente.

A pergunta fundamental que se nos impõe hoje é: qual será o paradigma da pós-modernidade? O mercado, a mercantilização de todos os aspectos da vida humana e da natureza, ou a globalização da solidariedade?

Temo que o mercado prevaleça, a menos que sejamos capazes de aglutinar forças para uma poderosa mobilização em torno de uma nova proposta ética, fundada em dois princípios básicos: a irredutível sacralidade de toda a vida humana, e a partilha dos bens da Terra e dos frutos do trabalho humano.

A vida humana extrapola toda ideologia, filosofia ou teologia. Ela é um milagre da natureza, considerando as excepcionais condições ambientais que permitiram o seu aparecimento, e, para nós cristãos, um dom de Deus. Há que frisar que, hoje, essas condições estão ameaçadas pela devastação da natureza. O apocalipse pode ser antecipado pela “vingança de Gaia”, como adverte James Lovelock.

Só a firme convicção de que temos todos, sem exceção, inclusive o criminoso mais incorrigível, o direito à vida é capaz de nos levar à superação de todo tipo de preconceito ou exclusão. A ética exige justiça e, portanto, que se puna o criminoso em nome da defesa dos direitos da comunidade. Porém, a vida do criminoso é o limite da lei. Ela não deve ser suprimida e nem a ele negada a sua dignidade humana por meio de tortura ou condições abjetas de encarceramento.

Isso se aplica a todas as outras formas de relações sociais e, portanto, implica o fim de toda forma de opressão, desde a relação interpessoal e de gênero, como no matrimônio, às relações institucionais de trabalho, nas quais a dignidade humana deve prevalecer sobre a ambição de lucratividade e a solidariedade se sobrepor à competitividade.

Essa dimensão relacional deve ser complementada pela dimensão social da ética. A humanidade não tem futuro sem a partilha dos bens da Terra e dos frutos do trabalho humano. Esta é uma questão aritmética que depende de um desafio ético: ou asseguramos a todos os meios suficientes a uma vida digna, incluindo as condições socioambientais, ou caminharemos rumo à barbárie, como alertou Thomas Piketty. Ou seja, a concentração de renda em mãos de cada vez menor número de afortunados levará a humanidade a um colapso, pois os povos das nações periféricas afetadas pela guerra, a falta de trabalho, de moradia e de alimentação suficiente, procurarão sempre mais se refugiar nos países ricos. E os recursos naturais, como a água potável, serão cada vez mais escassos e monopolizados por grandes empresas transnacionais. Em suma, a progressiva privatização dos recursos naturais terá, com efeito, a progressiva exclusão de grandes contingentes humanos do acesso aos bens essenciais à vida.

A natureza antiética do capitalismo foi explicitada por Joseph Schumpeter ao defender, em 1912, que o seu motor é a “destruição criadora”, ou seja, cabe ao mercado descartar os empreendimentos e as pessoas que não são suficientemente produtivas e, assim, obrigar os fracos a ceder o lugar aos fortes. Esse darwinismo social abriu espaço ao surgimento da competição desenfreada. E serve de justificativa às guerras.

Em 1980, a soma dos ativos financeiros mundiais equivalia ao PIB global, ou seja, US\$ 27 trilhões. Em 2007, pouco antes de explodir

a primeira grande crise financeira do século XXI, o PIB mundial era de US\$ 60 trilhões, e os ativos financeiros US\$ 240 trilhões - quatro vezes maior! Eis a famosa “bolha”, que continua inchando...

Portanto, sem ética não haverá avanço civilizatório. Sem ética o homem se tornará, de fato, o lobo do homem. Sem ética o capitalismo se fortalecerá e a ambição de lucro e a apropriação privada da riqueza se tornarão mais importantes do que a defesa e a preservação dos direitos humanos.

Não haverá sociedade ética enquanto houver capitalismo.

A esquerda e a ética

A credibilidade da esquerda depende sobretudo de sua atitude ética. Fidel insistia neste princípio: “Um revolucionário pode perder tudo, a liberdade, os bens, a família, a própria vida, menos a moral.”

No século XX, era costume entre integrantes da esquerda a prática da autocrítica. Guardadas as proporções, tal prática tinha a sua origem no ato penitencial dos cristãos ao reconhecerem seus pecados. Ao ascender ao poder na União Soviética, Stalin se arvorou em único senhor da crítica. A autocrítica se tornou compulsória e se traduziu em expurgos e assassinatos.

Hoje, a falta de mecanismos que propiciem autocrítica frequente faz com que muitos segmentos progressistas percam o senso crítico. Sobretudo quando assumem o governo e se deixam cegar pela ilusão de que exercem o poder. Ora, nem sempre o poder ocupa o governo, mas exerce sobre ele pressão - econômica, social, política e ideológica -, que só pode ser contida e vencida por outra instância que o supere - o poder popular.

Nas últimas décadas, os avanços conquistados por governos progressistas na América Latina são significativos quanto às suas dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais. O mesmo não se pode dizer quanto à dimensão ética. Houve falhas que comprometeram a credibilidade do processo de mudanças e de algumas de suas lideranças. Talvez Jesus, Gandhi, Luther King e Mandela não tenham tido, historicamente, o êxito que esperavam. Porém, seus testemunhos éticos se eternizam como referência exemplar de conduta militante e do valor das causas que encarnaram.

O desafio de futuro, portanto, para a emancipação da América Latina, é associar um profundo processo de mudanças estruturais que, progressivamente, a liberte da hegemonia capitalista, somado a atitudes éticas que ressaltem a diferença em relação aos inimigos de classe. Isso, entretanto, não

pode depender apenas de virtudes pessoais. Urge criar mecanismos institucionais que impeçam desvios éticos. Há que esperar, não a ética dos políticos, mas a ética da política, ou seja, de uma institucionalidade governamental que iniba todos os procedimentos favoráveis a privilégios pessoais e lesivos aos interesses e direitos da coletividade.

Ser ético é, portanto, uma opção revolucionária, capaz de engendrar o homem e a mulher novos sonhados pela utopia comunista. ⚡

Bibliografia

Betto, Frei. A obra do artista - uma visão holística do Universo. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 2012. La Obra Del Artista. La Habana, Editorial Caminos, 1998.

A meia verdade sobre o aquecimento global, a paz e a democracia

Pablo González Casanova

Há menos de um ano, *The Economist* - renomada revista inglesa - defendeu em seu editorial que Trump representa “uma nova era do que poderia se chamar a pós-verdade”. Segundo a revista, nesta nova era seus porta-vozes já não se preocupam com as evidências nem com as ciências. Esta afirmação é enganosa, pois se Trump representa a época da pós-verdade, ao não se ocupar com as evidências científicas, tanto *The Economist* quanto a autodenominada “ciência normal” ou “corrente principal”, até em suas posições críticas, não respeitam a verdade completa das ciências da matéria, da vida e da humanidade com uma crítica em profundidade. Se os artigos da revista incluem a mudança climática e demonstram que esta tem um caráter antropogênico, e que é necessário reconhecer “Os acordos de Paris”, tanto Trump como os cientistas do sistema deixam fora de seu programa e de seus conceitos e explicações expressas outras ameaças à vida, como o crescente perigo da guerra nuclear e de várias novas forças de dominação e acumulação, capazes de destruir a Humanidade e a Vida no Planeta. Entre essas forças, inclusive as corporações e os complexos empresariais, militares, políticos e midiáticos, que

estão fazendo de si mesmos as vítimas, em sua obstinada obsessão por aumentar o seu poder, lucros e riquezas.

Ao mesmo tempo em que isso ocorre entre os que mandam e ganham, e entre os seus apologistas, muitos pesquisadores que são parcialmente críticos, como os herdeiros do “nacionalismo revolucionário” ou da “teoria da dependência”, inserem o colonialismo como uma variante estruturalista, e, ao formular problemas e soluções, não incluem o “capitalismo” como causador da tragédia. Cardozo e Faletto e não poucos de seus sucessores caem nessa “ausência cognitiva”, à qual o próprio de Souza Santos recentemente se referiu e na qual incorreu.

A verdade completa só se logra se ao “colonialismo” e à “dependência” acrescenta-se “o capitalismo” em sua situação atual.

Ciências da complexidade

A verdade completa dos já ameaçadores desastres que o capitalismo causa e tende a causar é a que inclui o próprio capitalismo como causa principal do que ocorre, e que nele inclui o colonialismo como uma de suas estruturas de relações desiguais, construídas para a apropriação do excedente. Logicamente, os “normais” também não abordam em suas conclusões os diferentes

Pablo González Casanova é ex-reitor da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM). Membro honorário da ALAI.

caminhos de emancipação diante das causas do desastre.

Aliás, a verdade completa só se encontra se, entre os argumentos científicos, consideram-se a situação realmente existente do capitalismo atual e os danos que causa à terra, à vida e à imensa maioria da humanidade, todos vítimas com tendências de agravamento plenamente comprovadas.

Da situação existente e crescente, e de seu reconhecimento, derivarão as verdadeiras soluções, que incluem o capitalismo atual e a forma em que está empregando as ciências da complexidade com:

1º. os “sistemas complexos em transição ao caos, ou do caos”;

2º. os “sistemas orientados a lograr fins”;

3º. as ciências da comunicação, da informação, da semiótica e da organização, para desenhar e formalizar os modelos e cenários com mais probabilidades de maximizar a consecução de seus objetivos, que são a lei de um sistema de dominação e acumulação de poder, riquezas e lucros, e que, no capitalismo atual, só se entendem se são objeto de um conhecimento científico crítico e atualizado da realidade econômica atual e da lei do valor. Estas superam a sua compreensão, mesmo que devessem ser tomadas hoje como ponto de partida das ciências da complexidade.

Hoje a ciência econômica não é o conhecimento fundamental. Se o foi na origem do desenvolvimento industrial para a crítica do capitalismo clássico, atualmente a crítica rigorosa das ciências da complexidade mostra como estas escondem a dominação e a acumulação por “desapossamento” ou despojo para a acumulação de poder, riquezas e lucros, e não iniciam a sua argumentação científica com a crítica da ciência econômica

a serviço do capitalismo. A revelação é ainda mais exata quando à crítica das ciências da complexidade se acrescenta a crítica às ciências da comunicação, da informação e a organização, e dos teatros de luta e guerra reais e virtuais, assim como das estratégias e táticas aplicadas para maximizar o logro do principal atrator do sistema, mediante a comunicação, a informação, a organização, o desenho e a formalização de estratégias ótimas, para a conquista das metas do sistema e a confusão sofisticada para que o inimigo ou a vítima não diferencie entre o real e o virtual.

A análise pode parecer difícil de compreender, mas se esclarecerá cada vez mais, conforme se integrem as ciências da complexidade, da comunicação e da organização, a educação e a cultura geral, e a partir destas se aprenda a recorrer também aos conhecimentos dos “especialistas orgânicos”, e da “praxis” dos revolucionários e rebeldes. Em especial, dos mais originais e profundos, os que se expressam, por exemplo, em escritos como os de Fidel, do subcomandante Galeano, e de Chávez, o general bolivariano.

Nas lutas que estes conhecem a fundo, surgem também os cenários ótimos da estruturação das forças e relações emancipadoras, e as desestruturações das opostas, em que se reconhecem as combinações várias do real e do formal, do aberto e do encoberto, do legal e do ilegal, do humanitário e do criminoso, e outras que não só combinam mas sim articulam os centros e nodos de lutas empresariais, militares, políticas, culturais, sociais, e midiáticas, em espaços e tempos vários de acumulação primitiva ou por despojo, e de acumulação ampliada do poder e riquezas pela via do contrato e do salário. Todas variantes, nos países metropolitanos e dependentes ou coloniais e nas populações “participantes” ou “marginalizadas”, segundo o peso dos trabalhadores e povos organizados, e em meio a uma mobilidade ascendente ou descendente, que os faz melhorar ou perder, segundo aumentem ou diminuam a

produtividade tecnológica e a “renda colonial”, o que determinou e determina uma crescente diferenciação estrutural - não esperada - da classe operária e do povo trabalhador.

O conhecimento e o reconhecimento de tamanha complexidade são tão necessários quanto esclarecedores, principalmente quando se vê que, com toda a sua crescente eficiência, o sistema não pode escapar da lei do valor e das contradições das relações de exploração que derivam periodicamente na superprodução ou no subconsumo. E que, hoje, dão ao sistema um caráter terminal, com uma opção: que os acionistas, dirigentes e ideólogos de corporações e complexos reconheçam e se abram à verdade completa e aceitem - mesmo que seja entre melindres e rechaços, entre confrontações e negociações - a necessária construção de um sistema pós-capitalista.

As novas ciências da complexidade e da comunicação, de que os especialistas se servem, modelam, formalizam e encenam o capitalismo para escolher os seus melhores cursos, ou seja, os que com menores custos alcançam a maior eficiência e eficácia para alcançar “seus atratores” de dominação e acumulação. Tudo isso, sem o menor escrúpulo ou censura em relação aos “efeitos laterais”, “buscados” e “não buscados” pelo sistema enquanto aumentam o seu poder, lucros e riquezas, e seu domínio tanto nos mercados quanto na exploração do solo e do subsolo da terra, do ar e da água e dos reinos vegetais, animais e humanos.

O temor à verdade

Hoje, complexos e corporações, formais e informais, legais e ilegais, desentendem-se e “negam” os efeitos produzidos pelas novas forças de produção e pelas novas relações de produção, inclusive as que prejudicam e ameaçam a humanidade. Aliás, os líderes e beneficiários de corporações e complexos persistentemente tiram de sua consciência,

se é que esta chega a inclui-los, os efeitos adversos para a humanidade causados pelo sistema. Além disso, acionistas, executivos e intelectuais da corrente principal colocam os danos provocados pelo sistema em primeiro lugar entre os “conhecimentos proibidos na ‘sociedade do conhecimento’”! Timor veritatem conturbat me (“O temor à verdade me inquieta”), como diria Terencio. Trata-se de conhecimentos “negados” ou “desqualificados” desde o inconsciente, segundo Freud; ou de “conhecimentos incômodos”, na expressão de Al Gore, e correspondem à linguagem que não é “politicamente correta”.

A verdadeira situação e suas tendências apresentam constantes e crescentes ausências cognitivas sobre as causas principais que as provocam, assim como sobre as soluções para as mesmas. As verdades sobre as causas ainda são mais incômodas que a aceitação de que os males e perigos do sistema ameaçam a vida na Terra. Só sustentar que a mudança climática é “antropogênica”, ou seja, consequência da ação humana, como sustentou há algum tempo um grupo de cientistas da Universidade de East Anglia, gerou incontáveis acusações e desqualificações aos pesquisadores e ao diretor da instituição. A grande imprensa e numerosas organizações os acusaram de ter manipulado os dados de seus computadores, apagando aqueles que não confirmavam suas teses.

O escândalo se deu em jornais, governos e universidades e foi de tal magnitude que a Academia Inglesa de Ciências nomeou uma comissão de seus especialistas para esclarecer se a acusação tinha base ou não. A Comissão apresentou um relatório mostrando que os dados apagados pela equipe correspondiam a uma prática de correção e descarte de dados falsos, habitual em todo pesquisador, e que nada do “apagado” “desconfirmava” a tese de que a mudança climática é antropogênica. O escândalo continuou e foi tal que o Parlamento Britânico decidiu designar outra comissão científica, cujas conclusões foram exatamente

as mesmas que as de seus antecessores. Além disso, duas renomadas revistas científicas norte-americanas defenderam o grupo e suas teses. A revista Nature fez uma defesa aberta, e a Scientific American publicou um número inteiro sobre o tema, no qual todos os artigos dos mais prestigiados especialistas confirmavam, uma por uma, as teses do grupo de East Anglia, cujo diretor por certo acabou renunciando...

Um exemplo mais recente sobre a negação do problema e de suas verdadeiras causas é o do presidente da Academia Norte-Americana de Ciências sobre “Os Acordos de Paris”, cujas resoluções nem sequer são “vinculantes”, ou seja, não são obrigatórias para os que as subscrevem. Quando Trump decidiu retirar os Estados Unidos dos “Acordos de Paris” - que uniram todos os países do mundo -, e tomou essa decisão sob o pretexto de que as teses dos “Acordos” não se sustentavam e eram inventadas, como uma prova de que não tinham nenhuma validade e como prova de sua coerência pessoal, expulsou as indústrias de carvão, um dos mais agressivos causadores da poluição atmosférica, do aquecimento global e de um dos mais ameaçadores efeitos deste na biosfera, com repercussões no Polo Norte e no Polo Sul, como o derretimento das áreas dos grandes gelos, ao qual seguem o crescimento do nível dos mares e a intensificação dos furacões, das tempestades e das inundações de campos e cidades.

Dada à tamanha desqualificação do presidente dos Estados Unidos, o presidente da Academia Norte-Americana de Ciências decidiu publicar uma carta sobre as certezas da comunidade que representa, baseadas nas pesquisas dos especialistas em perigos climáticos. Mas, ao se referir às causas dos males, saiu com uma engenhosa e lamentável afirmação em que assumiu e colocou a culpa nos cientistas por terem aberto “a caixa de Pandora”... Muito longe esteve de dizer a verdade completa. Preferiu se autoflagelar e flagelar os seus, empregando certa ironia culta e um sentido

de humor mais ou menos indefinido. Passou longe de pensar ou dizer o que Elmar Altvater, professor da Universidade de Berlim, sustentou com fundamento, ou seja, que a mudança climática e seus perigos para a vida na Terra têm como origem o sistema capitalista, cujo atrator principal, aliás, - e o mencionamos uma vez mais - é o acúmulo de poder, riquezas e lucros.

O medo da verdade completa oculta que “Os Acordos de Paris” são mínimos em relação ao custo dos danos causados e por vir e só foram cumpridos em parte. Insuficiências às quais se acrescentam novos problemas com as soluções que foram colocadas em andamento - muitas das quais buscam somente medidas técnicas dentro do sistema vigente. Essas técnicas, em boa parte e para completar, transformaram-se em novos negócios, dos que vendem “técnicas para se proteger do aquecimento global e outras ameaças”, ou para se salvar delas... sem que o sistema tenha a menor possibilidade de levar aos fatos uma verdadeira solução.

Novamente o medo da verdade completa, de que enquanto o capitalismo dominar o mundo nem vai se encarregar dos danos que seus negócios causam com prejuízos que acabariam com eles, nem vai deixar de produzir, deliberadamente, mercadorias de validade calculada - com muitas delas “integradas como um todo compacto” em que, se uma parte se decompõe, tudo deixa de funcionar - e que, mesmo que seja grande, se transformam em lixo.

A verdade completa é que os negócios prosperaram desde que o sistema impulsionou a sociedade de consumo e o consumo de massas com uma publicidade de sucesso de refrigerantes, comidas e vários artigos mais de “primeira necessidade” e de baixa, que estão criando também imensos lixões nos mares, nos campos e nas cidades, cujos danos se encontram longe de serem resolvidos por um sistema que os produz para fazer imensos negócios... com o lixo.

Projetos emancipadores

Em males e remédios, há muito que muda e muito que persiste. Entre as suas variações, destacamos as principais e que continuam sendo plenamente válidas no mundo inteiro: a democracia, e que esta seja efetiva, o que só se dará caso se consiga que o sistema seja pós-capitalista. Como alcançar isso? Esse é o outro grande problema que aqui só indicamos.

No que se refere aos remédios, a solução persistente é a que apresentou, na Revolução Francesa de 1789, a ala esquerda da Assembleia-Geral. Quando se discutia sobre quem devia recair a Soberania, e uns sustentaram que na Monarquia, enquanto outros que na República, a Esquerda sustentou que o Soberano devia ser o povo. Essa profunda solução não foi aprovada e em meio a todas as redefinições e contribuições para a liberdade humana que surgiram nos movimentos emancipadores - como o respeito a toda religião, crença humanista, ou diferença de raça, idade, sexo e afinidades sexuais -, e o renovado peso que se deu com o radicalismo liberal e a revolução cubana à organização moral e à prática do poder real do povo, para que tome as decisões definitivas, mesmo assim, a palavra “Democracia” dentro do capitalismo se esvaziou de seu conteúdo real. Foi usada como disfarce de repúblicas e monarquias, de oligarquias e burguesias, e de regimes e classes dominantes que nada fazem para tornar efetiva a soberania do povo, o poder real do povo. Só usavam o termo para ocultar o seu verdadeiro autoritarismo.

A transformação da revolução popular em revolução burguesa, acompanhada das mudanças que produziu a Revolução Industrial, propiciou o aparecimento de empresas com um crescente capital fixo, integrado em grande parte por maquinarias, e que substituíam o trabalho servil por um trabalho assalariado, correspondente ao chamado capital variável, ou que o capital empregava para o pagamento de míseros salários, ficando com a maior parte

da riqueza produzida. Foi uma época em que o capital começou a exaltar uma promessa de Progresso Generalizado, que nunca se cumpriu, e assim ocultou um despojo que os grandes economistas como Adam Smith e Ricardo não consideraram, e do qual, em pouco tempo, Marx e o Marxismo deram conta com um conhecimento ao mesmo tempo crítico e científico, cuja análise da Sociedade, e não só da Natureza, contribuía para a ciência com o saber preciso de uma categoria até então ignorada por filósofos e utopistas. Essa análise não só apresentava a necessária luta contra o poder de burguesias e aristocracias, como também contra a dominação para a exploração de uns homens por outros - aquela de que os oprimidos e explorados teriam que se liberar mediante a criação radical e revolucionária de um sistema socialista. A sua concepção e a de seus sucessores ainda não incluiu em um primeiro plano o grande peso que requereria do poder das classes e povos dominados e explorados, que necessitariam organizar o seu próprio poder em uma democracia, atual e moral, respeitadora da liberdade e das diferenças e valores de seus componentes.

O projeto emancipador, entre grandes tropeços, enriqueceria-se como conceito liberador, com o liberalismo radical de José Martí na segunda metade do século XIX, com os movimentos da juventude de 68, com os de Cuba e os de La Lacandona do Sudeste Mexicano, encabeçado pelos índios maias e por alguns jovens rebeldes que se integraram a eles.

A explicação de tão complexo processo deve-se buscar na verdadeira história que sucedeu à revolução de 1789 e à revolução industrial. Naquela com seus oferecimentos profundos, muito esquecidos após a contrarrevolução que levaram a efeito burguesias, aristocracias e exércitos, com a verdadeira história do que sucedeu. Nesta, com a industrialização, a contradição crescente entre exploradores e explorados levou, primeiro, a uma grande onda revolucionária que explodiu em 1848, e

que, após ser derrotada, iniciou todo um longo período histórico em que se combinaram as políticas revolucionárias e as reformistas com as de poderosos domínios monopólicos nas metrópoles e sua expansão nas colônias, sob processos que, durante um tempo, permitiam a divisão do mundo. E que, ao chegar às suas crises de produção e consumo, de recursos naturais e de mercados derivavam em guerras “mundiais” entre as grandes potências. Em todos esses processos que se repetem em sua sequência até nossos dias, a solução para o problema tornou-se essencial não só para os trabalhadores formais e informais, nem só para os países coloniais e dependentes ou para os imperialistas, mas sim para toda a humanidade.

Seguir hoje o caminho das velhas soluções leva sempre, por um lado, a diminuir o pouco de direitos que povos e trabalhadores têm, e dadas as armas de que hoje dispõem as grandes potências e outras nações mais ou menos aliadas, a privar de todo sentido uma guerra mundial. Pois não só pela quantidade de países que dispõem de armas nucleares, mas porque estas são mais poderosas e efetivas que nunca, tudo torna também mais válida que nunca a teoria de uma “guerra de destruição mútua” (“Mutual Assured Destruction”), que acabaria com a vida no Planeta.

E o problema não é só esse. Uma nova Revolução Industrial está robotizando o trabalho e deixando sem capacidade de consumo milhares de milhões de habitantes. Aliás, o tipo de socialismo conhecido como socialdemocrata ou keynesiano ou o que se conhece como socialismo marxista-leninista de Estado perderam sentido com as políticas neoliberais, e com as de uma nova “nomenclatura burguesa” que realizou a maior “acumulação primitiva” conhecida na história. Seus beneficiários, já como capitalistas, usam a lógica do capitalismo de Estado após a aberta restauração do capitalismo. A solução e o freio a tão trágico desenlace estão na Revolução Cubana, que organizou a democracia, armada

de moral e fuzis, de todo o povo. Com um espírito que adquiriu cada vez mais um caráter defensivo diante de uma ofensiva integral contra a sociedade, o mercado formal e o Estado-Povo.

A solução aparece também entre os índios e as comunidades camponesas, e os setores e áreas marginalizadas do México. Com os maias e outras etnias, praticam a rica cultura do “nós”, que tanto estudou Carlos Lenkersdorf, professor da UNAM, e que enfrenta tanto nas palavras como nos atos a cultura debilitante do “eu” que o inimigo fomenta com o “individualismo”. Hoje, à criatividade desses caminhos de transição para outra democracia e outro socialismo se acrescenta a luta heroica da Venezuela contra o imperialismo e suas oligarquias. Organizou-se ali uma frente das classes populares, dos trabalhadores do campo, das cidades e do petróleo, fortemente apoiada por amplos grupos dos setores médios, e nada menos que pelo Exército bolivariano, que encabeçou Chávez - brilhante ideólogo da soberania do povo e da necessária união da América Latina na luta pela democracia e pelo socialismo.

Todos os movimentos indicados, na junção de projetos ancestrais e contemporâneos, tentam um caminho que, dentro do possível, seja pacífico e esteja preparado para defender os interesses comuns, a liberdade e a justiça pessoal e social, em um processo que se dará - entre conflitos e consensos - procurando em todo caso sustentar a solução política que mais os afaste da via armada. E construindo a soberania dos povos, que não se toma, mas se constrói de baixo e com os de baixo, ideal que se originou na Revolução Francesa e que tanto se enriqueceu com as experiências posteriores. ⚡

O pensamento crítico latino-americano hoje

Emir Sader

Os momentos de auge do pensamento crítico latino-americano sempre coincidiram com períodos históricos importantes para o continente. O período vivido por vários países da região neste século configura, sem dúvida alguma, um momento especial. Apesar dos efeitos negativos experimentados pelo continente como resultado das grandes transformações regressivas ocorridas no mundo nas últimas décadas e das tendências negativas predominantes atualmente, nossos países reagiram positivamente, na contramão do que acontece no cenário internacional.

Não foi um período importante apenas por isso, mas também pelo surgimento, como uma de suas expressões, de uma geração de líderes políticos excepcionais, como Hugo Chávez, Lula, Néstor e Cristina Kirchner, Pepe Mujica, Evo Morales, Rafael Correa, entre outros. Isso bastaria para confirmá-lo como um período extraordinário.

No entanto, também não se pode negar que o pensamento crítico não esteve à altura dos desafios políticos enfrentados por esses governos. Não resultou em um período de auge de novas construções teóricas importantes para o pensamento latino-americano. A que isso se deve?

Emir Sader, sociólogo e cientista político brasileiro, é coordenador do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Integrante do Conselho da ALAI.

Sem dúvida uma das dificuldades é a própria complexidade do momento, seu caráter contraditório. Globalmente é um período de retrocessos, com a passagem de um mundo bipolar a um mundo unipolar sob hegemonia imperial norte-americana; com a passagem de um ciclo longo expansivo do capitalismo a um ciclo longo recessivo; da hegemonia de um modelo de bem-estar social à de um modelo de livre concorrência no mercado. A América Latina viveu essas mudanças de forma concentradamente negativa, marcadas pela crise da dívida no final dos anos 1970; por ditaduras militares em alguns dos países mais importantes do continente; e por ser a região que teve mais governos neoliberais no mundo e em suas modalidades mais radicais.

A dificuldade para compreender como foi possível o surgimento de governos progressistas, em um contexto negativo como este, é um problema teórico que é preciso decifrar para poder enfrentar os dilemas do novo período, assim como as heranças deixadas - os Estados mínimos e as economias desindustrializadas, a soja e a extração de produtos primários tendo um papel importante, a maior parte dos trabalhadores sem contrato de trabalho, com profundas desigualdades sociais, entre outras.

Governos antineoliberais

Compreender o caráter antineoliberal da esquerda em nosso tempo, assim como o destes governos que tiveram como prioridade as políticas sociais e não os ajustes fiscais; os processos de integração regional e o

intercâmbio Sul-Sul e não os Tratados de Livre Comércio com os EUA; o resgate do papel ativo do Estado como indutor do crescimento econômico e garantia da existência de políticas sociais, em vez da centralidade do mercado, é pré-condição para compreender a era neoliberal do capitalismo.

As dificuldades de compreensão dessas questões levaram alguns intelectuais e correntes de pensamento a recusar o papel do Estado e centrar sua reflexão nas formas de ação na “sociedade civil”, contra o Estado, a política, os partidos. Propuseram a “autonomia dos movimentos sociais” em relação à política, recaindo em posições corporativas e os que relegaram à defensiva permanente, à impotência na disputa política e finalmente à intranscendência e inclusive ao desaparecimento de alguns movimentos, como foi, por exemplo, o caso dos piqueteros.

Ao surgirem governos com as características apontadas, essa direção de pensamento ignorou sua importância, que cobre desde a diminuição profunda das desigualdades sociais no continente mais desigual do mundo, o fortalecimento dos Estados na luta pela superação do neoliberalismo, até o fortalecimento e a expansão de processos de integração regional independentes dos EUA, como única região do mundo que teve um conjunto de governos antineoliberais e processos de integração com tais características.

Reduzir governos como os da Bolívia e do Equador a “modelos extrativistas” é um reducionismo economicista radical. Os governos do Peru foram assim. Os da Bolívia e Equador não podem ser reduzidos a isso, inclusive porque seus traços fundamentais são outros - sociais, étnicos, políticos, culturais, econômicos -, que vão muito além de uma caracterização tão reducionista e simplista como essa.

Como resultado, uma parte da intelectualidade latino-americana ficou isolada dos mais

importantes processos políticos vividos por seus países e pela América Latina. O sectarismo, o intelectualismo, a falta de contato com a realidade concreta dos países e dos povos de nosso continente os reduziu a produzir artigos críticos, a uma incapacidade de pensar o novo, impedindo-lhes de ir além das teorias clássicas.

Mas uma parte do pensamento crítico soube compreender os traços inovadores do novo período histórico, da luta pela superação do neoliberalismo, na contramão das tendências dominantes do capitalismo em escala mundial. Compreenderam a natureza desses governos, suas particularidades e por isso, entre outras coisas, fizeram os melhores balanços críticos desses governos. (Como se pode ver no livro *As Vias Abertas da América Latina*, em suas edições equatoriana, argentina, venezuelana e boliviana, e em breve na brasileira). A obra de Álvaro García Linera, o mais importante intelectual latino-americano contemporâneo, é a melhor expressão dessa capacidade de compreender esses fenômenos e de como eles permitem uma maior criatividade teórica, os melhores balanços e as melhores projeções do futuro possível do continente.

No momento em que até as instituições que tradicionalmente representaram o pensamento crítico perderam representatividade, capacidade de aglutinar e estimular o pensamento crítico, é hora de novas gerações de intelectuais críticos ocuparem o lugar de destaque, e produzirem, apoiados no melhor que se criou, um novo pensamento crítico latino-americano, à altura dos desafios que o continente enfrenta. <

Interculturalidade em tempos de incerteza

Adalid Contreras Baspineiro

Os atuais sintomas de mudança no mundo têm evidenciado uma desordem em sua monotonia, reacomodando os poderes que decidem seus destinos. Estamos em pleno século XXI e os poderes decidiram retroceder eras históricas, reavivando tempos do ultraprotecionismo produtivo-comercial, erguendo fronteiras e promovendo o descontrole do terrorismo. Entre suas características principais, esse mundo em desordem está gerando incertezas e reavivando sentimentos racistas e xenofóbicos em relação aos cidadãos dos países de nossa região e, também, não se pode negar, em direção a nossos próprios países.

Onde encontrar respostas para tecer alternativas a esta situação que desestabiliza o planeta? Nas políticas excludentes dos poderes que desordenam o mundo? Nos países que constroem muralhas e fecham fronteiras aos migrantes e aos refugiados? Nos habitantes dos bairros ricos das cidades, que levantam muros em seus arredores para não se contaminarem com os excluídos do sistema? Na academia que menospreza os saberes ancestrais em nome de um cientificismo ocidental pretensamente superior? Ou teremos de voltar nossos olhos ao cotidiano das culturas inclusivas que trabalham pelo retorno a um futuro harmônico? Será preciso seguir os chamados e os passos dos povos que lutam pela inclusão com as mesmas

prerrogativas por sua condição de humanos que respeitam a vida no planeta?

Em tempos de incerteza, cabe descentralizar as perspectivas e retomar as bandeiras dos encontros entre os diferentes e da unidade complexa a partir das diversidades. Em nossas “sociedades mosaico”, devemos provocar alteridades que se transformem em unidades. Este tempo de incertezas também é o tempo das buscas pelos encontros e das interculturalidades, ultrapassando as visões que se detiveram contemplativamente em reconhecer a existência de sociedades “plurimulticulturais”. Da exaltação das diversidades é preciso avançar para o encontro entre os diferentes, com sua complexidade diversa e plural, para que ninguém absorva o outro, mas se corresponda e e faça trocas para gerar um processo novo, inclusivo, caracterizado pela união.

Nesta linha, compartilhamos com Walsh que a interculturalidade se constitui de “complexas relações, negociações e intermudanças culturais, e busca desenvolver uma interação entre pessoas, conhecimentos, práticas e lógicas, racionalidades e princípios de vida culturalmente diferentes; uma interação que admite e que parte das assimetrias sociais, econômicas, políticas e de poder”.

A afirmação é contundente. A interculturalidade não se reduz ao reconhecimento da diversidade, nem se explica apenas na geração de diálogos relacionais entre culturas distintas, que não são homogêneos. O encontro

Adalid Contreras Baspineiro é sociólogo e comunicólogo boliviano. Ex-secretário-geral da Comunidade Andina (CAN). Colaborador da ALAI.

entre os diferentes reconhece a existência de desigualdades e assimetrias, fazendo com que as relações e interações sejam complexas, tensas. Assim, os intercâmbios culturais não se detêm no conhecimento do outro, mas avançam em seu reconhecimento e superação para a construção de uma nova situação produto, precisamente pelo fato de a interculturalidade não ser uma categoria étnica, mas os intercâmbios culturais serem também sociais e políticos.

Por isso, digamos que a interculturalidade “[...] vai muito além da coexistência ou diálogo entre culturas; é uma relação estabelecida entre elas. É uma busca expressa de superação de preconceitos, racismo, desigualdades, assimetrias (...) sob condições de respeito, igualdade e desenvolvimento de espaços comuns”. Trata-se definitivamente de construir uma nova sociedade que, em nossa concepção, seja a base de um sistema alternativo ao capitalismo e o fundamento de uma nova era. Em tempos de incerteza, é necessário trabalhar pela consagração de sociedades do bem comum, ou do Viver Bem/Bom Viver.

Como já dissemos, não se trata apenas de reconhecer as diferenças ou a diversidade, nem de expressamente tolerar e manter matrizes culturais distintas, mas de combinar e contruir novos processos civilizatórios. Portanto, a proposta de interculturalidade “[...] deve contribuir a estabelecer um princípio de obrigatoriedade mútua; ou seja, que os grupos que compartilham o mesmo espaço assumam igualmente as responsabilidades que a convivência implica”. Isto supõe a legitimação de uma cultura e uma organização social com direitos e deveres, políticas nacionais germinadoras de paz e de justiça e, sobretudo, sociedades que fazem da convivência seu modo/padrão de vida.

Não é uma tarefa simples, aliás, porque se trata de tecer novas sociedades atando todos os fios, de todas as cores e criar com

eles imaginários e realidades sem muros nem protecionismos, sem exclusões sociais, raciais, territoriais nem de gênero. A nova sociedade não pode se assumir como um híbrido, porque as culturas não se fundem no sentido de impor-se uma a outra. Pelo contrário, as diversidades se encontram em uma mescla confusa onde se conjugam diversos mundos. Silvia Rivera explica bem essa relação analisando o sentido do ch’ixi, em uma “[...] coexistência paralela de múltiplas diferenças culturais que não se fundem, mas são antagônicas ou se complementam”. Então, definitivamente, não podemos pensar em híbridos estéreis, nos quais uns se assimilam aos outros; temos de reconhecer que se trata de coexistências com antagonismos ou complementações em relações de alteridade.

Ver o mundo a partir da perspectiva da interculturalidade e propor-se a desenhá-lo a partir deste traço equivale a remar contra a corrente, tentando reconduzir a incerteza provocada pelos mundos excludentes a realidades onde todos se encontrem em um equilíbrio dignificante. É no marco deste desafio que ganha sentido e atualidade a cosmovisão do Viver Bem/Bom viver, que, em poucas palavras, podemos definir como a convivência complementar ou como uma relação do indivíduo com a sociedade e a natureza sem desequilíbrios em relação a riqueza e poder; sendo de trascendental importância o senso de pertencimento e responsabilidade com a comunidade, o que supõe preocupação e responsabilidade em relação aos demais, assim como expressões de afeto e reconhecimento. É uma proposta de vida digna, com direitos, satisfação das necessidades básicas em igualdade de oportunidades, velando pela sobrevivência do planeta, seguindo um contrato vinculante dos seres humanos com a natureza e o cosmos.

O caminho em direção à sociedade do Viver Bem/Bom viver demanda transformar a (des) ordem existente mediante rupturas diversas e encadeadas. Deve-se superar o “viver melhor”

característico do capitalismo; desestruturar os traços de (neo)colonialismo excludente; questionar o patriarcado; reverter as práticas depredadoras do meio ambiente; constituir-se em uma alternativa ao desenvolvimento linear confundido com progresso; e sobrepor o direito à comunicação a sua atual manipulação mercadológica.

O Viver Bem/Bom viver é um conceito complexo, em processo de legitimação, que tem sua origem ou momento constitutivo nos saberes, práticas e culturas enraizadas nos povos da Abya Yala e em suas fecundas experiências de vida comunitária que lhes permitem resistir a sucessivas e centenárias histórias de dominação, oferecendo uma alternativa viável para sua própria reconstituição e descolonização, assim como para o planeta.

A essência de sua cosmovisão é a vida em harmonia, dos seres humanos consigo mesmos (dimensão espiritual), em sociedade (dimensão comunitária), com a natureza (dimensão ecológica) e com as divindades (dimensão cósmica). Sua identidade está na busca da “vida boa em plenitude”; e a igualdade e a justiça são condições radicais que se expressam em solidariedades, com o suficiente para uma vida saudável, sem excessos, sem carências, sem apuros nem angústias, agora e no futuro.

A convivência (materialização da interculturalidade) se sustenta nestes princípios: i) a complementariedade, que reconhece co-

existências em paridade com outros; ii) a reciprocidade, que implica a capacidade de corresponder proporcionalmente às solidariedades; iii) a integridade, que se define como exigência de igualdade, inclusão e igualdade na diversidade; e iv) o equilíbrio, que busca a superação das assimetrias, rompendo as distâncias e brechas com normas que velam pela justiça, a relação fraterna, o reconhecimento afetivo, solidário e amistoso entre pessoas, sociedades e natureza.

A vida em harmonia não se constrói em Estados-Nação de uma só cultura, uma só religião e uma só ideologia, sendo imprescindíveis “[...] fluxos desconstitutivos da velha maquinaria estatal e constitutivos dos agenciamentos e dispositivos das formas da participação social e política dos coletivos e comunidades”. Por isso são necessários Estados Plurinacionais com pleno exercício dos direitos e sistemas de administração, terra, território e pluralismo jurídico de suas diversas nações.

O Viver Bem/Bom viver, nascido da capacidade de resiliência dos povos originários, tem caráter planetário. Não é uma proposta para ser reproduzida, mas apropriada criticamente nas condições, características, historicidades, possibilidades e particularidades de cada sociedade, superando visões fragmentadas e desconexas. Em tempos de incerteza, é preciso trabalhar desde nossos suís [“eu sou”] para que todos vivamos com as mesmas possibilidades e condições, sem discriminações.⌘

Para enfrentar a crise capitalista: organização e aliança popular

João Pedro Stédile

Estamos diante de uma crise profunda do modo capitalista de organizar a produção e do Estado burguês, pois não é apenas a crise cíclica de acumulação que está afetando o mundo todo e sobretudo a América Latina. Vale a pena recordar que na década de 90 tivemos a hegemonia total do neoliberalismo e, na década de 2000, a ascensão de Chávez, e as vitórias eleitorais que em diferentes países trouxeram a ofensiva para o campo popular.

No contexto atual, os três projetos que antes disputavam a hegemonia: o neoliberalismo, o neodesenvolvimentismo e o projeto da Alba agora estão em crise. Portanto, não se trata de um cenário de derrota das forças populares, mas de incremento da disputa, de confronto e incerteza, já que todos estão em crise. E não há sinais de que algum deles alcance a hegemonia a curto prazo.

Basta olhar para a situação do império e do neoliberalismo: Trump ganhou as eleições. E daí? A natureza do imperialismo ficou ainda mais evidente. Houve um golpe no Brasil. E então? Os golpistas se revelaram lúmpenes, ladrões, corruptos, e não têm nenhuma legitimidade.

Para as forças populares, a principal questão é entender que, se existe uma crise, é sinal

de um tempo de mudanças. E que temos de fortalecer nossas organizações e aumentar a luta de massas. Só ela pode desequilibrar a correlação de forças em cada um de nossos países e, portanto, no plano continental.

Sendo assim, o fato é que o capitalismo está dominado pelo capital financeiro e por seus braços nas empresas transnacionais, mas está em crise. Pelo mesmo motivo, nossa tarefa é identificar quem são nossos principais inimigos e como essas forças do capital atuam em nossos países, para enfrentá-las. E, sobretudo, para buscar em nossas articulações internacionais do campo popular formas urgentes para somar lutas comuns contra os inimigos comuns. Por exemplo, temos uma campanha internacional em defesa do direito à água. No entanto, não partimos para lutas concretas. É preciso enfrentar, por exemplo, a Coca-Cola e a Nestlé, no sentido de atingi-las.

A mesma coisa na agricultura, em que cinco ou seis empresas controlam as commodities no mundo todo. Com o leite acontece a mesma coisa. No caso dos agrotóxicos é pior ainda. Cinco ou seis empresas europeias dominam todo o mercado e estão causando câncer nas pessoas, no mundo inteiro. É necessário enfrentá-las com ações concretas.

Também existe a questão dos refugiados políticos e econômicos, que afeta o Oriente Médio, a África e a Europa. As forças populares da Europa precisam fazer algo concreto.

João Pedro Stédile é membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Via Campesina Brasil. Integrante do Conselho da ALAI.

Articulações internacionais

O Papa Francisco se revelou um líder religioso com alcance político, que está refletindo sobre os verdadeiros dilemas que afetam a humanidade e seu futuro. E por isso é uma referência para todas as forças populares, independentemente da fé ou religião. Suas reflexões e alertas sempre são muito corajosas e colocam os governos contra a parede. Sobre o problema das armas, por exemplo, alegranos que tenha tocado na ferida, já que a Europa é quem as produz e também os gases letais utilizados nas guerras regionais do Oriente Médio. Mas os governos europeus não assumem sua responsabilidade nem sequer em relação à consequência mais próxima que é o deslocamento de multidões do Oriente e da África em direção a seu território, como resultado das guerras.

Quanto ao tema do meio ambiente, o papa nos presenteou com uma Encíclica esplêndida, que é a mais importante reflexão crítica sobre o tema, que nem sequer o pensamento de tradição marxista havia construído. Devemos transformá-la em um instrumento didático de educação das bases sobre a natureza, as causas e as saídas para os problemas ambientais.

Em nossas metodologias dos Encontros Mundiais de Movimentos Populares em diálogo com o Papa, construímos agendas pontuais para cada encontro. No último, enfocamos os temas dos refugiados, do meio ambiente e da hipocrisia da democracia burguesa, já que o voto popular decide muito pouco em nossos processos eleitorais, sequestrados pelo capital.

Entendo que estes temas ainda estão em pauta, já que não conseguimos aprofundá-los suficientemente no último encontro. Portanto, devemos continuar trabalhando nessa linha. Quanto ao tema dos refugiados, migrantes e o direito universal de cada pessoa circular livremente por nosso continente, precisamente, Evo Morales acaba de realizar um encontro internacional na Bolívia para

colher opiniões que pretende levar como uma proposta às Nações Unidas, para que possamos ter o mesmo passaporte no futuro.

E o mais grave é a questão da falência do Estado burguês, que foi gestado pela revolução francesa em 1789 e que representava uma proposta da burguesia industrial para regular as relações sociais. Agora, esse Estado já não interessa à burguesia financeira e internacional. Ela atua por cima dele. Então as forças populares devem pensar, debater, construir um novo tipo de Estado e uma nova forma de participação democrática, popular. Porém, estamos no meio da crise, e os caminhos e as construções possíveis ainda não estão claros. Mas teremos muitas mudanças pela frente...

Em novembro, em Caracas, haverá a Assembleia Internacional de Movimentos e Organizações Populares, que faz parte de um processo de construção coletiva que vem de anos atrás. Na América Latina e no Caribe, esse processo tomou forma no final dos anos 80 com a Campanha 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular; posteriormente foi com a Campanha contra a Alca e, mais tarde, com a construção do Movimento de apoio à Alba. Mas também incentivamos processos parecidos na África, no mundo árabe e na Ásia.

Assim, como parte de um trabalho permanente de articulação internacional, precisamente para enfrentar a crise do capitalismo a partir dos movimentos populares, estamos construindo esses processos. Não são eventos ou datas, são processos permanentes. Ns quais podemos nos identificar com propostas, programas, gerar confiança política mútua, identidades e assim avançar... E talvez realizar o sonho de Marx, com sua Associação Internacional de Trabalhadores; o sonho de Martí, Che, Fidel, que geraram a OSPAAAL como uma articulação do Terceiro Mundo frente ao imperialismo na década de 60. Agora cabe às forças populares seguirem em frente, com generosidade, pluralidade, evitando os protagonismos, estrelismos e falsos hegemonismos. <<

Os urgentes caminhos da unidade

Francisca Rodríguez H.

Transformar as relações sociais de produção e consumo inclui desbaratar a dominação do capitalismo não só em nossa América; este é o desafio do presente. Sem dúvida, isso só acontecerá com fortes processos da unidade de classe e sob o impulso de novas alianças de carácter estratégico que nos deem força para enfrentar esta nova etapa do desenvolvimento do capitalismo.

Nesta direção, as respostas populares que sugiram nos mostram uma grande variedade de experiências de lutas sociais e conflitos de classe, debates políticos frente a alternativas radicais ou utopias, e projetos em construção. São respostas que vão acompanhadas pelos protestos populares e multissetoriais, a partir das quais os povos indígenas, camponeses, estudantes, trabalhadores, mulheres, povoadores, ambientalistas, consumidores, colocam também sobre o tapete as suas próprias agendas e reivindicações. Muitos destes movimentos adquirem carácter massivo e popular. E continuam sendo projetados em avanços eleitorais, reconsiderando a importância de conquistar espaços institucionais e partidários dentro dos governos, com a perspectiva de favorecer dinâmicas de empoderamento real para a transformação das relações sociais e de construção de caminhos emancipatórios da classe trabalhadora.

Francisca Rodríguez é líder camponesa chilena, dirigente política da Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC-Via Camponesa) e da Articulação de Mulheres da CLOC. Colaboradora da ALAI.

Os processos políticos em desenvolvimento vão nos indicando a urgente necessidade de gerar espaços de maior articulação entre os movimentos sociais e populares. As ameaças à nossa agricultura e à Soberania Alimentar dos povos se multiplicaram; cada vez mais a perversidade do capital adquire sofisticados mecanismos e formas de expansão, que vão do desenvolvimento de novas tecnologias a serviço do capital, com a imposição dos acordos secretos de livre comércio e de investimento, bilaterais ou multilaterais.

Ausurpação dos territórios dos povos originários, as ocupações das terras camponesas para os megaprojetos extrativistas e energéticos, as monoculturas, a apropriação de nossas sementes e da água, a contaminação da terra, assim como a destruição dos recursos marinhos e dos projetos aquícolas arrasam, contaminam e expulsam camponesas e camponeses, pescadores e indígenas, e instam a juventude a abandonar o campo, tudo isso sob o domínio avassalador das companhias multinacionais e do agronegócio.

Hoje a criminalização de nossas lutas, a violência, a perseguição e o assassinato de dirigentes, de camponesas e camponeses, de nossos irmãos e irmãs dos povos originários, adquiriu uma dimensão impressionante. Isso deve acabar; nosso chamado é - acima de qualquer interesse econômico ou corporativo - conseguir construir fortes processos de unidade em defesa do campo e dos camponeses, pelos territórios dos povos indígenas e na defesa dos Direitos Humanos e coletivos dos povos.

Temos certeza de que os processos impulsionados pelo agronegócio e o grande capital põem em risco mortal a nossa agricultura camponesa, e, como indicamos em 2013, na declaração de Yvapuruvu, Altos, Paraguai, “Hoje, lutamos em um entorno que foi despolitizado desde os âmbitos do poder, que impôs o desprezo pelo rural, camponês ou indígena, que ignorou os saberes e as contribuições dos povos e comunidades rurais, enquanto nos apresenta o grande capital, a globalização e o agronegócio como únicas alternativas”.

Por isso é urgente construir movimentos amplos e diversos que, mediante seus objetivos mais específicos, unindo problemas, temas comuns ou afins, devem nos levar a buscar espaços de confluência e a estabelecer redes de encontros para a construção de um projeto político popular que amplie as suas bases de sustento nas ideias ou os sonhos comuns. E que a sociedade em seu conjunto compreenda que somente conseguindo ter controle e autonomia sobre as nossas terras e territórios, sobre os nossos bens naturais (ou seja, sobre a biodiversidade que nos circunda), poderemos garantir soberania alimentar que constitui uma base essencial para alcançar a soberania popular.

Não resta dúvida de que, sem projeto político conjunto, este propósito fica truncado. Daí que é fundamental a “unidade da classe”, baseada na dignidade humana, a fraternidade, a justiça social, a paz e a igualdade. O novo e valioso nestas construções políticas sociais e populares é que o seu surgimento não é resultado nem obedece a estratégias de ordem político superior. O seu planejamento de caráter amplo e coletivo está baseado nas análises dos impactos do sistema e de sua operacionalidade diante dos modelos de desenvolvimento e seus efeitos na vida das pessoas e do planeta.

Um dos maiores acertos foi, talvez, a nossa construção no âmbito global da Via Campesina, não como uma estrutura rígida fechada em si

mesma, mas com propostas claras que vão além dos interesses específicos de setor, que aborda a diversidade do mundo rural, que rompe as barreiras de exclusão das mulheres para fazer de suas estruturas espaços amplos e inclusivos da participação conjunta nas tomadas de decisões, que, desde a sua luta pela soberania alimentar, gera alianças com outras redes afins e com movimentos, nos temas que hoje põem em perigo a sobrevivência do planeta.

Um dos valores mais importantes é “a unidade na ação”. A sua base e princípio é acabar com as desconfianças sementeadas a partir do sistema para impedir a unidade, com a perda ou demonização da identidade da classe. Assim, impulsiona-se a mais ampla unidade nos movimentos, partindo do local, para irromper no nacional e romper fronteiras, conformar redes nacionais e internacionais para fazer frente aos grandes problemas que vive a humanidade.

Neste mundo inter-relacionado pelo avanço tecno-científico, pelo horror da geoengenharia e pelo domínio da tecnologia nas comunicações pelo tráfico mundial de mão de obra, que inclui os grandes processos migratórios, os sistemas de produção e de consumo e a mudança climática, a resposta popular, a partir dos movimentos, foi a irrupção de um salto qualitativo nas lutas e tomada de consciência, fazendo frente aos novos ataques que marcaram os golpes de Estado promovidos pelos grandes interesses econômicos. Esta resposta com uma maior participação política e social gerou uma nova cultura de aliança e unidade, mais integradora e inclusiva da diversidade étnica, sexual, social e cultural, que busca a unidade na diversidade. Também as mulheres foram consolidando posições de gênero e de classe, contribuindo para uma formulação programática inclusiva, política e popular que vai nos sinalizando o caminho para a proposta emergente de um feminismo camponês e popular, que nos leve, junto com os companheiros, a avançar em formulações programáticas para uma nova sociedade fundamentada nos princípios do socialismo.

Perspectiva para a região, sob o ponto de vista do feminismo

Nalu Faria

As mulheres estão demonstrando uma forte capacidade de resistência e mobilização frente a contraofensiva da direita em todo o continente latino-americano. Em muitos países, milhares de mulheres se mobilizaram em outubro de 2016, em adesão ao Paro de Mulheres na Argentina, como protesto ao femicídio de Lucia Perez. Foram grandes manifestações em resposta à violência patriarcal como dimensão estruturante do atual modelo. Em janeiro de 2017, o mundo inteiro foi impactado pela força da mobilização da Marcha das Mulheres nos Estados Unidos protestando contra a posse de Trump e suas políticas. Há, ainda, um amplo reconhecimento do protagonismo das mulheres na resistência ao golpe no Brasil e à agenda de retrocessos imposta desde então.

Recomposição das forças conservadoras

Vivemos um momento complexo, e ainda não é possível ter dele uma caracterização nítida. Há um processo de disputa, no qual mesmo no campo da direita se confrontam propostas sobre os sentidos da recomposição frente à crise global do capitalismo. Particularmente na América Latina e no Caribe, trata-se de uma reação conservadora aos processos de mudança impulsionados na região há mais de uma década. A agenda conservadora, que

hoje é aliada da contraofensiva neoliberal, iniciou-se, inclusive, com ataques à agenda feminista. Por exemplo, com a questão da ideologia de gênero utilizada para impor retrocessos. Setores conservadores e até mesmo fundamentalistas estão organizados, mas encontram a resistência de sólidos movimentos sociais.

Evidentemente a situação de nossa região tem que ser olhada a partir do processo que se desenvolveu nos últimos 20 anos. Nele, há que se destacar a luta contra o neoliberalismo hegemônico nos anos 1990 e as alternativas alavancadas a partir do que ficou conhecido como o ciclo de governos progressistas, nos anos 2000.

A dimensão do feminismo é bastante paradigmática. Foi na resistência ao neoliberalismo que se deu uma recomposição de campos no movimento feminista, rompendo a hegemonia de um processo de institucionalização e perda de radicalidade que marcou este movimento nos anos 1990.

As mulheres se posicionaram com mais força no debate econômico e impulsionaram uma luta articulada contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres. Essa luta se baseou na auto-organização, na retomada da mobilização das ruas, em práticas feministas de ocupação de espaços públicos e nas alianças com os movimentos sociais.

Toda a luta contra a Alca e o neoliberalismo significou muito na construção de uma

Nalú Faria é coordenadora da Sempre Viva Organização Feminista (SOF) e integrante do Comitê Internacional da Marcha Mundial das Mulheres.

força comum, auto-organizada, articulada a partir do âmbito local, passando pelo regional e internacional. Essa é uma marca da recomposição de um campo feminista e anticapitalista naquele momento, e que deu base para a agenda que foi implementada na região pelos chamados governos progressistas.

As mudanças concretas na vida das mulheres em síntese foram: 1) diminuiu a desigualdade econômica e se ampliou a autonomia das mulheres; 2) houve um impacto positivo na representação das mulheres na política, pelas presidentas e ministras, e pelas lideranças sociais; e 3) foram definidos instrumentos de institucionalização das políticas para igualdade das mulheres dentro dos governos, com legislações, políticas e programas específicos, articulados por processos participativos.

Essas questões confluíram com a trajetória de crescimento da organização das mulheres, que se viram cada vez mais como sujeitos ativos. A participação das mulheres cresceu, inclusive, em temas conflituos e contraditórios das políticas de tais governos, como por exemplo na agenda de descriminalização e legalização do aborto. Outra contradição marcante foi a não interrupção da ofensiva das empresas transnacionais sobre os territórios em todo o continente, frente a qual houve um crescimento da resistência das mulheres, assim como o aumento da criminalização e inclusive o assassinato de lideranças mulheres.

Ampliação do feminismo frente a reação patriarcal

É inegável que hoje há uma ampliação do enraizamento do feminismo em vários setores. Essa se tornou uma agenda geral na sociedade e não apenas dos movimentos feministas organizados. Há uma multiplicidade de pautas e setores, mas também há sentidos comuns e convergentes, como, por exemplo: no reconhecimento da dimensão patriarcal e racista do capitalismo, da necessidade de enfrentar os traços androcêntricos do atual modelo,

da importância de defender a diversidade e dissidência sexual, da necessidade de afirmar outros valores e formas mais democráticas e horizontais de exercer o poder, assim como o reconhecimento da centralidade da agenda do cuidado e da necessidade de auto-organização das mulheres.

A luta contra a violência patriarcal aparece como a questão que envolve todas. À primeira vista, poderia parecer que é um reedição de uma agenda anterior. Mas houve uma politização na forma como se enfrenta a violência, marcando seu papel estruturante do modelo de dominação em nossa região, que não se resolve apenas com leis. Com isso, há uma conexão profunda entre as dimensões patriarcais, racistas, capitalistas e coloniais da violência, que coloca a centralidade de que este enfrentamento seja parte da luta antissistêmica.

O processo de reorganização da esquerda precisa reconhecer a ampliação e o acúmulo político do feminismo e assumi-lo como estruturante, e não apenas como uma questão identitária ou um tema específico. Essa forma de reduzir a luta das mulheres apenas reforça visões de que o feminismo é apenas um estilo de vida, ou concepções extremamente liberais e centradas nas decisões individuais, sem uma perspectiva coletiva e social. Esta visão abre ainda mais espaço para as tentativas dos setores dominantes e do mercado de maquiagem sua atuação, incorporando enunciados de empoderamento das mulheres, ao mesmo tempo em que impõem um padrão de superexploração do trabalho, de violência bruta sobre os corpos das mulheres e sobre os territórios dos povos.

A incorporação de forma permanente da pauta feminista radical e libertária é uma questão chave para que se efetivem as mudanças que queremos e para percorrer os caminhos da igualdade. ⚡

Direitos dos povos indígenas em retrocesso

Paulino Montejo

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas cumpre dez anos em 13 de setembro próximo. Há um ano, em 14 de junho, a Organização dos Estados Americanos aprova a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas. E há 28 anos conclui-se a revisão do Convênio 107, agora Convênio 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O conjunto desses instrumentos indica um avanço na consciência da comunidade internacional e, portanto, na compreensão da existência e da importância dos povos indígenas no seio dos Estados Nacionais onde estão inseridos. Pelo mesmo, essas coletividades étnicas têm a sua condição de povos reconhecida, e como tais o seu direito à terra, ao território e aos bens (chamados “recursos”, nos textos) naturais, assim como seu direito à livre determinação (de decidir livremente o seu presente e o seu futuro, de acordo com os suas próprias formas de organização e decisão), o seu direito consuetudinário (seus sistemas jurídicos próprios) e o direito a manter e transmitir as suas culturas e crenças.

O Convênio 169 estabelece a obrigação dos Estados de realizar, de boa fé, a consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas, por meio de suas organizações representativas, sobre medidas administrativas ou legislativas que os afetem (Art. 6) e garantir que esses povos escolham as suas prioridades de desenvolvimento e que participem na formulação, aplicação e avaliação

dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional que possam afetá-los (Art. 7). E as Declarações da ONU e da OEA avançam com o tema não só da consulta, mas sim do consentimento livre, prévio e informado.

Os alcances da legislação internacional demonstram ao mesmo tempo o grau de politização, resistência e incidência dos povos indígenas da América Latina, que desde a metade do século XX reagiram no interior dos Estados nacionais e no espaço internacional contra a maldita herança da invasão europeia, contra o genocídio, a opressão e a usurpação seculares. Essa atuação articulada com outros povos do mundo resultou, inclusive, na aprovação pela ONU da Declaração dos Povos Indígenas após duas décadas de discussões, e no estabelecimento do dia 9 de agosto como Dia Internacional dos Povos Indígenas.

No contexto do final da guerra fria, vários países deram passos históricos, com reformas constitucionais que selavam de alguma forma o fim de regimes ditatoriais, reconhecendo o caráter multiétnico e pluricultural dos Estados, ou seja, a realidade existente de outras cosmovisões e alternativas de civilização, o fim do integracionismo e a abertura em direção a novas formas de relação com os povos indígenas, claramente capazes de serem protagonistas de seu próprio destino. Direitos sociais e coletivos alcançaram nas Constituições nacionais o status de cláusulas pétreas. No entanto, os Estados não conseguiram avançar na concretização, proteção e promoção desses direitos. O indigenismo não se livrou de sua condição de ideologia política e ação de dominação e controle dos

Paulino Montejo, Maya Poptí, é assessor político da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Integrante do Conselho da ALAI.

povos indígenas, ao ritmo das transformações metamórficas do capitalismo. E as burguesias nacionais e seus lacaios, que tomaram de assalto os poderes do Estado, não demoraram a promover e protagonizar a contraofensiva.

Hoje, ao ler e reler a legislação nacional e internacional sobre os direitos dos povos indígenas, temos a sensação de que cada vez mais se transforma em um sonho, em uma utopia. As tímidas e poucas transformações realizadas nas políticas destinadas aos povos indígenas nas últimas duas décadas (demarcação ou titulação de terras, serviços de saúde e educação diferenciados...) retrocedem e podem ser aniquiladas. Com o retorno da primarização da economia, o fracasso das políticas neodesenvolvimentistas, impõe-se a sanha do capitalismo neoliberal, que com maior força submete os povos originários a práticas abertas de genocídio, etnocídio e ecocídio.

Com decisões administrativas e jurídicas, por meio de direitos e despachos ministeriais, alterações ou supressão de direitos constitucionais, por meio de projetos de lei ou emendas constitucionais, e novos paradigmas legais - como acontece atualmente no Brasil, sob a égide de um governo de fato -, facilita-se a abertura dos territórios indígenas, das terras das comunidades negras rurais, dos pequenos agricultores e das comunidades tradicionais, assim como das áreas de proteção ambiental, à expansão de monoculturas de exportação (soja, eucalipto, cana de açúcar, etc.) e à implantação de megaprojetos de infraestrutura e exploração dos bens naturais (mineração, hidroelétricas, estradas, portos, etc.).

A realidade é que a situação que os povos indígenas enfrentam parece uma tragédia sem fim, sendo que os governos e Estados latino-americanos hoje mais do que nunca os consideram um obstáculo para o chamado desenvolvimento e progresso. Jamais vão admitir e reconhecer que esses povos são sujeitos políticos, com direito à livre

determinação e suas consequências. Por isso não lhes importa adotar políticas arrasadoras de terras, territórios e culturas, adotando quanto mais, em alguns casos, políticas mitigadoras de compensação, projetos assistenciais e artimanhas de cooptação e divisão.

Diante dessa realidade, cabe aos povos indígenas continuar lutando para fazer valer o seu direito a serem diferentes, em suas terras e territórios, contribuindo, no entanto, para a construção dos países dos quais fazem parte, para que também sejam atendidos todos os componentes de sua vida social, econômica, política, cultural, ambiental e espiritual, de acordo com suas reais necessidades e aspirações.

Tudo isso, no contexto da intensificação da luta de classes, que exige retomar e acentuar as lutas de resistência nos territórios, inclusive arriscando a vida; juntar-se a outros movimentos, organizações sociais e populares em lutas anti-imperialistas e contra-hegemônicas; priorizar a formação política e ideológica, reafirmando a alteridade da cosmovisão indígena como alternativa para o modo de vida capitalista; ampliar as relações de solidariedade com outros povos a nível local, nacional, regional e internacional, com ênfase na defesa dos direitos territoriais, o direito ao consentimento livre, prévio e informado, as condições de sustentabilidade e gestão dos territórios, o respeito pela sabedoria milenar e conhecimentos tradicionais e contra a criminalização de líderes e comunidades indígenas; incorporar-se radicalmente à construção de projetos alternativos nacionais, enfrentando inclusive a visão retrógrada de setores da esquerda, de partidos ou movimentos sociais, que ainda que não percebem a importância das lutas étnicas e raciais; disputar nas redes sociais, sem cair no exercício banal, a importância da diversidade - em todas as suas dimensões - e o entendimento e valorização da contribuição dos povos indígenas para a superação da crise hídrica, ambiental e climática. E que, por isso, cabe fortalecer as lutas de resistência, defesa e proteção das terras, territórios e bens naturais dos povos indígenas. <<

Juventude, protagonista de uma economia alternativa?

Julio Fermín

Um sujeito social chave na análise das perspectivas para a América Latina no atual período de incertezas é a juventude. Em 2010, havia 163 milhões de adolescentes e jovens de 10 a 24 anos, o que significava 27,5% da população. Estamos falando de uma trama social que vai além de idade, gênero, religião e raças ou etnias e que é preciso olhar a partir de sua pluralidade e diversidade, segundo os espaços sociais em que se desenvolvem, dando lugar a estilos culturais, subgrupos etários e uma grande heterogeneidade. Hoje em dia, para um adolescente de 17 anos, um jovem de 22 é um “velho”. O que têm em comum uma jovem camponesa não escolarizada e outra que frequentou a universidade ou entrou no mercado de trabalho em desvantagem? Podemos comprovar rapidamente as brechas tecnológicas entre jovens urbanos de diferentes latitudes do continente.

Juventudes em transição

O que certamente é um elemento comum e transversal na região é a transição demográfica que vem ocorrendo há alguns anos, como fenômeno único, e que não é seguro que possamos transformar em um bônus demográfico. O bônus demográfico é o crescimento econômico potencial gerado por mudanças na distribuição da população por idade. Como a fertilidade vem diminuindo de forma permanente durante várias décadas,

a população por faixa etária muda de uma estrutura jovem a uma dominada por jovens adultos em idade de trabalhar. Isto representa uma oportunidade para um maior crescimento econômico e redução da pobreza. Em 2008, a pobreza afetava uma média de 39% em pessoas entre 15 a 24 anos de idade na América Latina.

No entanto, esta oportunidade não surge automaticamente e não dura para sempre. É preciso ação, políticas econômicas, sociais e de governo para criar condições para que essa massa de jovens possa se preparar e se incorporar aos setores produtivos. São necessários investimentos estratégicos, principalmente em educação e saúde, para responder e dar suporte à juventude.

Isto foi possível na última década, quando governos progressistas realizaram importantes investimentos que permitiram a inclusão social de grandes massas da população, especialmente no campo alimentar, educativo e em saúde. Entretanto, o crescimento econômico baseado nas exportações de matérias-primas foi insuficiente para gerar as oportunidades de trabalho e emprego necessárias, e assim elevar a produtividade, gerando um desenvolvimento sustentável.

O tempo está acabando. Para 2020, a relação entre pessoas economicamente ativas e inativas já não será favorável e a relação de dependência aumentará, como já ocorreu em Cuba e no Chile. Outros países, como a Bolívia e a Guatemala, ainda têm possibilidades de aproveitar sua realidade demográfica. Mesmo

Julio Fermín, Equipe de Formação, Informação e Publicações (EFIP). Integrante do Conselho da ALAI.

dentro de um único país, esta realidade não é uniforme e poderemos comprovar que há diferenças principalmente relacionadas à desigualdade social.

Os desafios para fortalecer a juventude

Na educação: segundo um informe do BID, em 2012 “apenas a metade dos estudantes secundaristas se forma e mais de 50% dos que completam seus estudos carecem dos requisitos básicos que os empregos demandam”.

Com o avanço tecnológico das últimas três décadas, uma variável fundamental está influenciando na eficácia da educação: é a maneira como os jovens aprendem e se comunicam para adquirir conhecimentos. Para os jovens de hoje, denominados “nativos digitais” ou “geração Y”, o sistema educativo está, no mínimo, defasado. Ainda que não possamos generalizar, dada a brecha digital existente em paralelo às desigualdades sociais.

Nessa mudança radical das formas de se comunicar com os jovens, há algumas vantagens. Eles já possuem de antemão um “acúmulo” de saberes e habilidades digitais. Com estas ferramentas, destacam-se por suas capacidades para a participação, o trabalho em rede, favorecendo a cooperação e o intercâmbio horizontal, desde que respeitados seu ritmo e necessidades. Aqui está uma oportunidade para ensaiar outros modelos educativos com o enfoque da educação popular, uma vez que encontramos nos jovens abertura para o diálogo, o intercâmbio de saberes. Eles requerem apoio para processar o volume de informação a que têm acesso e para que possam aplicá-la ao mundo real.

No mundo do trabalho: ao serem excluídos da educação, os jovens e especialmente as jovens, aproximadamente 32 milhões na região, um de cada cinco deles entre 15 e 29 anos não estuda nem trabalha, segundo o mesmo relatório. De acordo com um estudo

da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na América Latina o número de jovens desempregados entre 15 e 24 anos já atinge 21,8 milhões e 64% vivem em situação de pobreza.

Aqui está o calcanhar de Aquiles da história recente da América Latina: um período de crescimento econômico dependente de matérias-primas. Os governos progressistas sul-americanos implementaram políticas para reduzir a desigualdade em 1,2% até 2012, segundo a Cepal. E ainda que se tenha protegido a população mais vulnerável, foi possível para saldar apenas a parte da dívida social, mas ficou faltando o reinvestimento produtivo nos jovens, para uma inclusão social sustentável, que considerasse fundamentalmente a nutrição, a saúde e educação completa dos e das jovens.

Uma educação mais prática que os capacite para o trabalho, mas também os forme para se orientarem a contribuir para a soberania alimentar, uma produção ecologicamente sustentável e a inovação de tecnologias apropriadas, entre outros pilares de uma economia social e solidária, que transforme o modelo econômico da região mais desigual do mundo. Este trabalho (empregos) não existe e será preciso contar com medidas para apoiar a autogestão e o desenvolvimento da juventude, como mostram dados da OIT: em 2012, apenas 21% dos jovens tinham um emprego formal; 23% estudavam; 32% tinham emprego informal e 24% nem estudavam nem trabalhavam.

Um obstáculo no caminho: a gravidez adolescente. Segundo a Cepal, “na América Latina quase 30% das mulheres são mães durante a adolescência”, o que não tem relação com a grande quantidade de informação relativa a métodos anticoncepcionais. A América Latina tem o segundo maior índice de gravidez em adolescentes do mundo. E é indiscutível o impacto disso na pobreza e na inclusão educativa e laboral, já que há cinco vezes mais mães adolescentes pobres

que jovens pertencentes a camadas ricas, de acordo com o mesmo órgão.

Contar com a juventude: a diversidade e a pluralidade de que falamos no início representa a principal vantagem para promover e fortalecer o protagonismo juvenil. Junto às mudanças na maneira de se comunicar e de aprender trazidas pelo mundo digital, também se transformaram os parâmetros do associacionismo e da organização juvenil. Nas organizações tradicionais faltam atrativos para a juventude: sindicatos, conselhos comunitários, associações de moradores, etc. Sendo assim, promover novas formas de organização é vital, e isso deve ser marcado pela abertura à liderança e ao empreendimento que gere autonomia para os jovens. As novas tecnologias da informação e comunicação estão alimentando processos colaborativos e

o trabalho em rede das juventudes, nos quais há muito por fazer em matéria de formação.

Um caminho possível: trabalhar um enfoque holístico da formação com as chamadas “Competências do século XXI” formuladas por um conjunto de organizações, entre as quais a Unesco, que integram o saber ser, o saber fazer e o saber conhecer; respondendo ao contexto em que se situam os jovens. As competências devem contemplar: a) maneiras de pensar: criatividade e inovação; pensamento crítico, resolução de problemas e tomadas de decisão; aprender a aprender; b) maneiras de trabalhar: comunicação, colaboração e trabalho em equipe; c) ferramentas de trabalho: alfabetização informacional e digital. Viver no mundo: cidadania local e global; vida e carreira profissional; responsabilidade pessoal e social. ⚡

Movimentos em imagens

Verónica León Burch

As imagens em movimento vêm acompanhando a luta social como complemento e componente praticamente desde que apareceram já faz mais de um século, mas no mundo hipermediatizado da atualidade se tornaram imprescindíveis. Nos últimos dez anos, muito mudou no trânsito do movimento alter-globalização para as chamadas “twitter-revoluções”, o que pede análises mais profundas e futuros desafios.

No início foi o documentário, desenvolvido como olhar sobre o mundo, mas também como linguagem de propaganda a serviço de todas as ideologias. Na época das vanguardas e revoluções latino-americanas, é associado com os movimentos de esquerda e a sua busca por mostrar a realidade social. Documentar a luta social era então um privilégio reservado aos poucos que tinham acesso à técnica e aos equipamentos para rodar no cinema.

Por volta do fim do milênio, com o término da guerra fria e a expansão do livre mercado, surge um novo movimento global, dinâmico e diverso, articulado em torno de uma alter-globalização, que adota o audiovisual como parte de sua prática. As tecnologias analógicas e digitais abriram o acesso a métodos de produção amigáveis e a baixo custo. E as mesmas dinâmicas do ativismo são influenciadas por sua documentação, concebidas cada vez mais para a câmera, ganhando em capacidade de performance e espetacularidade, tornando-se inclusive a estratégia central de organizações especializadas nos stunts (artimanhas) midiáticos. De todos os modos, o protesto se torna impensável sem o seu devido registro; é como se não existisse. Poderíamos

dizer que a partir desse momento as imagens precedem à ação.

Assim, enquanto o cinema de autor continuava dialogando com a luta social, do seu nicho e suas lógicas de financiamento, o mundo ativista desenvolvia as suas próprias linguagens e estéticas, que por sua vez ultrapassavam e faziam intersecção com o documentário, a reportagem, a animação, o vídeo experimental, o videoclipe, entre outros. Mais que um gênero, constituiu-se em um circuito, uma economia alternativa própria do audiovisual, com práticas de autofinanciamento, trabalho colaborativo (incluindo diferentes graus de trabalho autônomo), e coletando fundos da cooperação, das ONGs e dos mesmos movimentos. Conscientes da inutilidade das imagens sem espectadores, são gerados também circuitos de distribuição, com redes de circulação e intercâmbio e a criação de canais e plataformas próprias, como a rede Indymedia. Este circuito aproveita também a chegada de novos canais como Al-Jazeera, RT, HispanTV e depois Telesur, que respondem à busca de uma reconfiguração multipolar do poder geopolítico mundial, e nesse sentido se apresentam como uma alternativa “contra-hegemônica” às narrativas dominantes, ainda que não exclusivamente da esquerda ou dos povos.

Este circuito gerou, no entanto, um círculo bastante fechado e crítico, pouco acessível para o cidadão comum, desenvolvendo inclusive um tipo de dialeto próprio, aquele que se ouvia com frequência no Foro Social Mundial. Portanto, apresentava-se constantemente o desafio de trabalhar com linguagens e estéticas mais acessíveis, de chegar a públicos mais amplos. Com a mudança para a web 2.0 - a das redes sociais -, em parte estes desafios foram cumpridos, mas algo se perdeu no caminho.

Verónica León Burch é videasta, colaboradora incidental da ALAI desde seus(s) nascimento(s).

Após a crise financeira de 2008, tudo começa a mudar. O movimento de alter-globalização começa a decair junto com o Foro Social Mundial, e surgem movimentos mais localizados e concentrados em demandas mais imediatas como os Occupy, 15M e a primavera árabe. Aqui na região, as complexas relações de amor/ódio com os governos progressistas levam os movimentos sociais e ativistas a um tipo de crise existencial. As estratégias das direitas e o poder financeiro também se alteram, ficando mais sofisticadas. O movimento de alter-globalização tinha conseguido pôr um freio à OMC, derrotar a Alca e visibilizar os abusos das corporações transnacionais. Mas enquanto o McDonalds, a Nike, Monsanto ou Exxon viravam palavrões, com cada click, vídeo postado e post compartilhado, continuávamos consolidando os grandes monopólios de hoje, os denominados GAFA (Google, Apple, Facebook, Amazon) e demais gigantes digitais. E sim, as redes sociais permitiram chegar a públicos muito mais amplos e posicionar inumeráveis causas. As estéticas do movimento “alter” se diversificaram, tornaram-se mainstream e até foram mercantilizadas. Enquanto a ideologia neoliberal, agora vestida de tecnologia e gig-economy, continua avançando, desarticulando o comunitário e o público - que agora inclui as iniciativas colaborativas surgidas na web -, e promovendo a mercantilização de tudo, inclusive de compartilhar, da solidariedade e, logicamente, da insurgência.

Na era do smartphone, a ubiquidade das câmeras digitais e a facilidade para compartilhar imagens não fez mais que aprofundar a nossa sujeição ao registro. Podemos nos perguntar em que momento a imagem chegará a preceder a própria existência. As plataformas e as ferramentas próprias foram se extinguindo, incapazes de competir com as redes sociais, mas também - é importante mencionar - por uma estratégia de ofensiva das esferas de poder, como vimos com a constante fustigação e confiscação de servidores contra a Indymedia. Isto não só atenta contra a nossa soberania e capacidade de entender e controlar minimamente as tecnologias que usamos, mas neutraliza inumeráveis formas

de segurança e proteções (a Indymedia usa servidores próprios e protege o anonimato de todos os seus usuários, por exemplo), deixando-nos cada vez mais vulneráveis diante da vigilância massiva, que já está superando as nossas ficções mais distópicas.

E, por último, vemos um ressurgimento da ultradireita a nível mundial, que retomou muitas das ferramentas e estratégias tanto de protesto como de comunicação de guerrilha do movimento de alter-globalização. Consolidam os seus próprios circuitos alternativos e de produção audiovisual, como a poderosa máquina de documentário Alt-right nos Estados Unidos. Mas, além disso, contam com o apoio financeiro de setores do poder, o que lhes permite desenvolver ferramentas mais sofisticadas, como a análise de dados - que desempenhou um papel decisivo nas campanhas do Trump e do NÃO à paz na Colômbia -, transformando-se em especialistas em desinformação e em provocação (trolar).

Na mudança de um circuito menor e fechado, mas de certo modo mais qualitativo, para a massificação das redes sociais, perdeu-se o controle sobre como se consomem e discutem as imagens (a maioria dos espectadores só assiste a uns poucos segundos de vídeos no Youtube, por exemplo). Diante deste novo panorama, surgem grandes perguntas e desafios: a necessidade de consolidar tecidos sociais e redes de troca que não dependam somente da internet, por um lado, fortalecendo as mudanças públicas e comunitárias, por exemplo. Recuperar ou consolidar ferramentas e plataformas próprias, o que implica impulsionar políticas de soberania tecnológica em nossos países e na região. Apontar as câmeras para as novas estratégias e focos de concentração do poder, ainda pouco visibilizados. E, por último, na enxurrada de imagens atual, é necessária muita criatividade para criar mensagens que impactem, reflitam e mobilizem, sem comprometer os conteúdos. Uma vantagem que o mundo ativista sempre teve é a sua imensa flexibilidade, com poucas restrições criativas e aberto a todo tipo de gêneros e formatos. <<

AMERICA LATINA *em movimento*

**Publicação internacional de análise e
opinião da Agência Latino-Americana
de Informação (ALAI)**

ISSN No. 1390-1230

Diretor: Osvaldo León

ALAI: Endereço postal

Casilla 17-12-87, Quito, Equador

Sede no Equador:

Av. 12 de Octubre N18-24 y Patria

Of. 503, Quito, Equador

Tel: (593-2) 2528716 / 2505074

Fax: (593-2) 2505073

Site: <http://alainet.org>

Redação:

info@alainet.org

Assinaturas e publicidade:

alaiadmin@alai.net.org

ALAI é uma agência informativa sem
fins lucrativos constituída em 1976
na província de Quebec, no Canadá.

525-526

Edição em espanhol

junho/julho 2017

Ano 41, 2ª temporada

ISSN No: 2526-298X

Edição em português

agosto 2017

As informações contidas nesta publicação podem ser
reproduzidas desde que devidamente mencionada a fonte
com o envio de uma cópia à redação.

As opiniões contidas nos artigos assinados são de estrita
responsabilidade de seus autores e não refletem
necessariamente o pensamento da ALAI.

**Assinatura da versão impressa
em espanhol (10 números anuais)**

	Individual	Institucional
Equador*	US\$ 34	US\$ 40
América Latina	US\$ 60	US\$ 80
Outros países	US\$ 75	US\$ 140

Como assinar:

www.alainet.org/revista.phtml

São aceitos pagamentos pela Internet



Senge-RJ

Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro

<http://www.sengerj.org.br>

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) completa, neste ano de 2017, 86 anos de lutas por uma sociedade justa, igualitária e inclusiva, pela democracia e pela soberania nacional. Fundado em 22 de setembro de 1931, foi o primeiro sindicato da categoria – Sindicato Central dos Engenheiros – assim chamado por atuar em âmbito nacional. Sempre com sede no Rio de Janeiro, em 1978, após trabalhar ativamente em conjunto com os movimentos sociais para o fortalecimento do movimento sindical em todo o país, passa a representar os profissionais do estado como o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ). Saiba mais: www.senge-rj.org.br

Av. Rio Branco 277, 8º andar, Rio de Janeiro - RJ - Cep:20040-009

Telefone: (21) 3505-0707

Email: secretaria@sengerj2.org.br

Facebook: <https://www.facebook.com/senge.rio>

Twitter: <https://twitter.com/sengerj>

Edição/Português

Tradução: Luísa Lamas

Editoração: Aline Tavares Bezerra

Copydesk: Verônica Couto

Impressão: Walprint Gráfica Editora

Tiragem: 500

Confira vantagens de ser participante do plano de previdência complementar exclusivo dos profissionais do Crea:

- 1) Plano fechado, sem fins lucrativos
- 2) Taxa de administração reduzida
- 3) Contribuição mensal a partir de R\$50 (inclusive dependentes)
- 4) Possibilidade de alteração ou suspensão de contribuição
- 5) Garantia de resgate do saldo em caso de necessidade
- 6) Possibilidade de dedução do Imposto de Renda
- 7) Transparência na gestão
- 8) Como mutualista, a Mútua credita R\$32 por ano de associação

Rentabilidade acumulada dos últimos 12 meses:

12,75%

Ainda não é associado?

Inscrição: R\$10

Anuidade em 2017: R\$ 40



MUTUA-RJ

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

Av. Rio Branco, 156 - sl. 1237 - Ed. Av. Central
Centro - Rio de Janeiro-RJ - CEP 20.040-901

Tel.: (21) 2224-4295 / (21) 2221-3907

mutua-rj@mutua.com.br

NENHUM
DIREITO
A MENOS



sosbrasilsobrano.org.br